

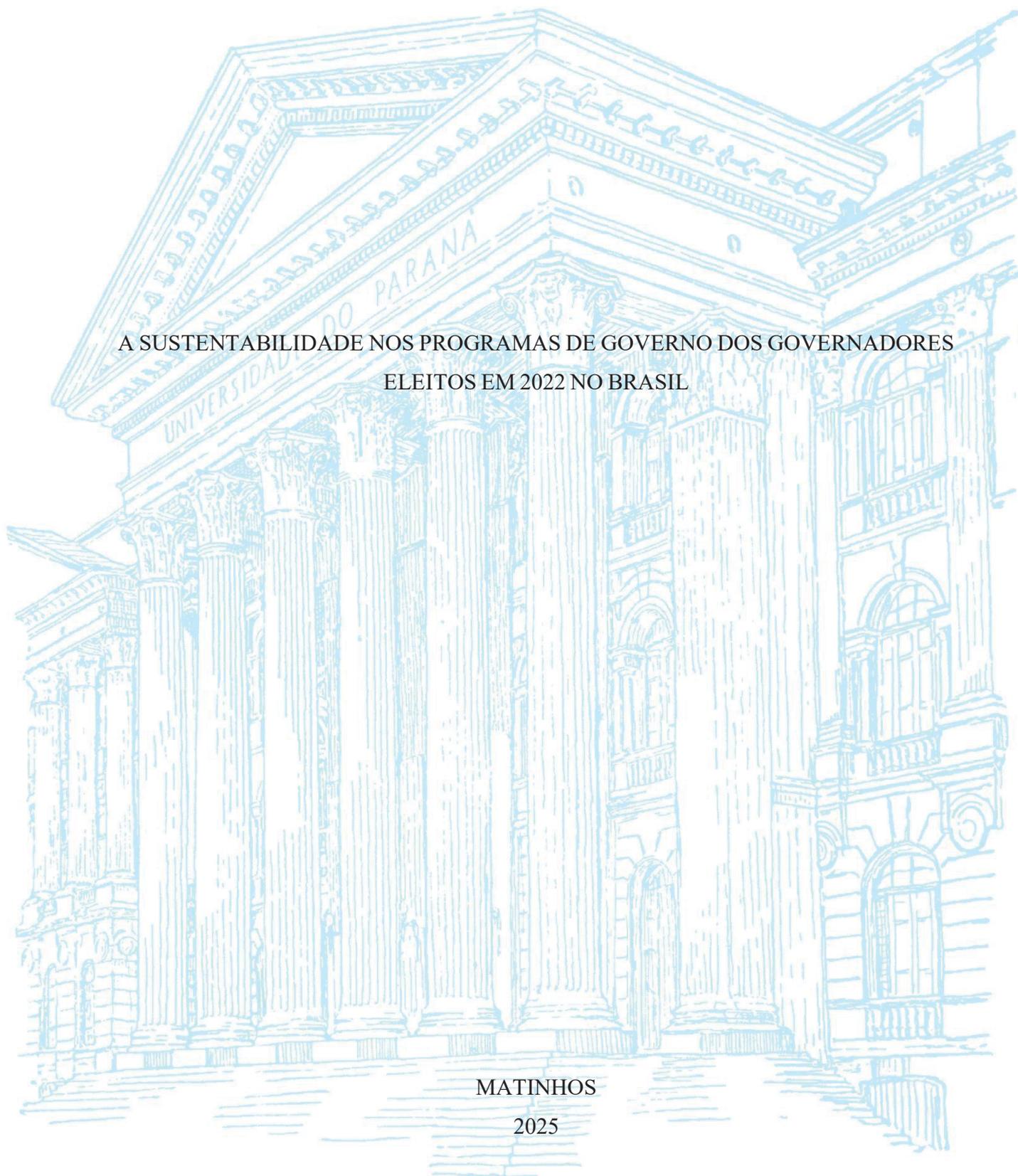
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA REIS DE OLIVEIRA CAETANO

A SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DOS GOVERNADORES  
ELEITOS EM 2022 NO BRASIL

MATINHOS

2025



VANESSA REIS DE OLIVEIRA CAETANO

A SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DOS GOVERNADORES  
ELEITOS EM 2022 NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador(a): Prof. Dr. Emerson Joucoski

Coorientador(a): Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes

MATINHOS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C128p

Caetano, Vanessa Reis de Oliveira.

A sustentabilidade nos programas de governo dos governadores eleitos em 2022 no Brasil / Vanessa Reis de Oliveira Caetano; orientador Dr. Emerson Joucoski; coorientador Dr. Ivan Jairo Junckes. – 2025.

1 recurso online (87 f. : il. color. ; pdf).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

1. Desenvolvimento sustentável - objetivos. 2. Programa de governo. 3. Governos estaduais. I. Joucoski, Emerson. II. Título.

CDD – 307.1416



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **VANESSA REIS DE OLIVEIRA CAETANO**, intitulada: **A SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DOS GOVERNADORES ELEITOS EM 2022 NO BRASIL**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 24 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

25/03/2025 14:26:06.0

IVAN JAIRO JUNCKES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/03/2025 16:16:43.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

25/03/2025 13:52:46.0

AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

---

RUA JAGUARIAÍVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil  
CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 435206

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 435206

## AGRADECIMENTOS

É com imensa gratidão que venho compartilhar minha alegria pela conclusão da minha dissertação. Foram incontáveis horas de estudo, pesquisa e dedicação, e hoje finalmente posso dizer que alcancei esse importante marco em minha vida acadêmica.



Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me concedido saúde, força e sabedoria para enfrentar os desafios. Sem sua orientação e proteção, nada disso seria possível. À minha família, a minha mãe, Lúcia, e minhas filhas, Giovanna, Vitoria e Sofia, que são o meu porto seguro e minha fonte inesgotável de amor e apoio, agradeço por estarem ao meu lado em todos os momentos, me incentivando e acreditando em mim, mesmo nos momentos de dúvida.



Aos meus professores, verdadeiros mestres que tanto me ensinaram e me guiaram ao longo desse caminho, agradeço a paciência, orientação e incentivo constantes. Suas palavras de sabedoria foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Um agradecimento especial aos meus orientadores professor Emerson Joucoski e professor Ivan Jairo Junckes e ao professor Clóvis Wanzinack. Vocês são incríveis! Obrigada pelo apoio e por estarem ao meu lado, sempre acreditando em mim.



Às minhas amigas Tieme e Mariana, quero expressar a minha gratidão pela amizade, companheirismo e apoio ao longo dessa jornada. Obrigada por estarem sempre ao meu lado. E aos meus colegas, que compartilharam comigo essa jornada e me ajudaram a superar os obstáculos com companheirismo e solidariedade, meu mais sincero agradecimento. Suas contribuições foram fundamentais para o meu sucesso e eu nunca esquecerei a importância de cada um de vocês em minha trajetória.



Agora, olho para trás e vejo que todo o esforço e dedicação valeram a pena. Este momento é de grande felicidade e realização, e não seria possível sem o apoio e o amor daqueles que estiveram ao meu lado. Sou imensamente grata a todos vocês e levarei cada um de vocês em meu coração para sempre. Obrigada!

“Quando você se der conta de que o que faz aos outros o faz a si mesmo, terá compreendido a grande verdade”

(Lao-Tsé)

## RESUMO

Candidatos registram seus programas de governo na justiça eleitoral e os apresentam aos eleitores durante a campanha. Temas relevantes que serão levados para a gestão nos quatro anos subsequentes em geral estão ali registrados. Assumindo essa premissa, a presente dissertação investiga a participação da temática da sustentabilidade na composição dos programas de governo dos candidatos eleitos ao cargo de governador nas eleições de 2022. Os documentos foram extraídos da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foram sistematizados utilizando-se recursos computacionais de apoio à metodologia de análise textual e análise de redes sociais (ARS). Para a organização, tratamento, análise e visualização dos dados foram utilizados os softwares *Zotero*, *OpenRefine*, *LibreOffice* (tanto para planilhas eletrônicas quanto editor de texto) e *Gephi*. Os resultados são consistentes ao constatar uma participação central da temática do desenvolvimento sustentável nos programas de governo, indicando espaço para que a sustentabilidade se torne uma prioridade nas gestões dos governadores estaduais no Brasil.

Palavras-chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; candidatos; eleições; programas de governo; análise semântica, análise de redes sociais.

## **ABSTRACT**

Candidates register their government programs with the electoral court and present them to voters during the campaign. Relevant topics that will be taken to management in the following four years are certainly recorded there. Assuming this premise, this dissertation investigates the participation of the theme of sustainability and the Sustainable Development Goals (SDGs) in the composition of the government programs of the candidates elected to the position of governor in the 2022 elections. The documents were extracted from the database of the Superior Electoral Court (TSE) and were systematized using the methodology and tools of social network analysis (ARS). For the organization, treatment, analysis and visualization of the data, the software Zotero, OpenRefine, LibreOffice (both for electronic spreadsheets and text editor) and Gephi were used. The results are consistent with the fact that the theme of sustainable development has a central role in government programs, indicating great possibilities for sustainability to become a priority in the administrations of state governors in Brazil.

**Keywords:** Sustainable Development Goals; candidates; elections; government programs; semantic analysis, social network analysis.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	19
FIGURA 2 – PÁGINA DE DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS	29
FIGURA 3 – PASTA DOS PROGRAMAS DE GOVERNO - ZOTERO	30
FIGURA 4 – UNIDADES FEDERATIVAS – PIB/2021	31
FIGURA 5 – PROGRAMA DE GOVERNO – CONVERSÃO PDF/DOC	32
FIGURA 6 – PROGRAMA DE GOVERNO – CRIAÇÃO DA PLANILHA DE FRASES	33
FIGURA 7 – SCRIPT PARA ELIMINAR ACENTUAÇÃO	34
FIGURA 8 – SCRIPT PARA ELIMINAR CARACTERES ESPECIAIS	35
FIGURA 9 – SCRIPT PARA UNIR NOMES COMPOSTOS DE ESTADOS	36
FIGURA 10 – SCRIPT PARA UNIR NOMES COMPOSTOS DE MUNICÍPIOS	36
FIGURA 11 – IMAGEM DE TELA <i>OPENREFINE</i> COM ID/FRASE	37
FIGURA 12 – SCRIPT PARA REMOÇÃO DE STOPWORDS	37
FIGURA 13 – IMAGEM DE TELA DO <i>OPENREFINE</i> APÓS APLICAÇÃO DE SCRIPTS	38
FIGURA 14 – TABELA DE ARESTAS	39
FIGURA 15 – TABELA DE NÓS	40
FIGURA 16 – TABELA DE NÓS	41
FIGURA 17 – GRAFO DE REDE GERAL – TODAS AS UNIDADES FEDERATIVAS (DISTRIBUIÇÃO <i>FRUCHTERMAN REINGOLD</i> )	42
FIGURA 18 – CONVERSÃO <i>DUAL MODE/ONE MODE</i>	43
FIGURA 19 – GRAFO DE REDE UNIMODAL –TODAS AS UNIDADES FEDERATIVAS (DISTRIBUIÇÃO <i>YIFAN HU</i> )	44
FIGURA 20 – GRAFO DE REDE UNIMODAL –TODAS AS UNIDADES FEDERATIVAS (DISTRIBUIÇÃO <i>NETWORK SPLITTER 3D</i> )	46
FIGURA 21 – GRAFO DE REDE UNIMODAL –UNIDADES FEDERATIVAS MAIOR/PIB (DISTRIBUIÇÃO <i>NETWORK SPLITTER 3D</i> )	49
FIGURA 22 – GRAFO DE REDE UNIMODAL –UNIDADES FEDERATIVAS MENOR/PIB (DISTRIBUIÇÃO <i>NETWORK SPLITTER 3D</i> )	52

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RANKING DAS PALAVRAS – TODAS UFS (NÓS)	47
TABELA 2 – RELACIONAMENTOS PALAVRA-PALAVRA – TODAS UFS (ARESTAS)	48
TABELA 3 – RANKING DAS PALAVRAS – MAIOR PIB/2021 (NÓS)	50
TABELA 4 - RELACIONAMENTOS PALAVRA-PALAVRA – MAIOR PIB/2021 (ARESTAS)	51
TABELA 5 RANKING DAS PALAVRAS – MENOR PIB/2021 (NÓS)	53
TABELA 6 – RELACIONAMENTOS PALAVRA-PALAVRA – MENOR PIB/2021 (ARESTAS)	53

## LISTA DE ABREVIATURAS

AC – Acre

AP – Amapá

ARE – Análise de Redes Sociais

CNODS – Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

CSV – *Comma separated Values*, Valores separados por vírgula

LAR – Laboratório de Análise de Redes Sociais

MG – Minas Gerais

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PDF – *Portable document format*, Formato de documento portátil

PPA – Plano Plurianual

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PR – Paraná

RJ – Rio de Janeiro

RO – Roraima

RS – Rio Grande do Sul

SE – Sergipe

SP – São Paulo

TO – Tocantins

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UF – Unidade Federativa

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2. A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A INCORPORAÇÃO DA AGENDA 2030 NAS AGENDAS GOVERNAMENTAIS</b>	<b>15</b>
<b>3. O PROCESSO POLÍTICO DEMOCRÁTICO: ELEIÇÕES E PROGRAMAS DE GOVERNO</b>	<b>20</b>
<b>4. METODOLOGIA</b>	<b>28</b>
<b>5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>45</b>
5.1 PROGRAMAS DE GOVERNO – TODAS UF	45
5.2 PROGRAMAS DE GOVERNO – UNIDADES FEDERATIVAS MAIOR/PIB	48
5.3 PROGRAMAS DE GOVERNO - UNIDADES FEDERATIVAS MENOR/PIB	51
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>55</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE 1 – FONTE DOCUMENTAL</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE 2 – PALAVRAS CENTRAIS DOS PROGRAMAS DE GOVERNO POR CENTRALIDADE DE INTERMEDIÇÃO</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE 3 – RELACIONAMENTOS INTERPALAVRAS – ONE MODE</b>	<b>75</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A elaboração e execução de políticas públicas de desenvolvimento sustentável depende de todo um processo político democrático. Na democracia representativa, os partidos políticos formulam propostas para disputar cargos e obter êxito na disputa eleitoral. Estas propostas são registradas legalmente na forma de programas de governo e apresentadas ao eleitor por uma gama de recursos campanha eleitoral que vão desde o “corpo a corpo” até as mais sofisticadas mídias sociais. Já os eleitores tendem a se basear nas propostas dos candidatos para escolher e legitimar aquelas políticas de seu interesse. A presença ou ausência de uma temática em um programa de governo tem o potencial para evidenciar ou invisibilizar a sua importância para o partido, para a candidatura, para o eleitorado e, conseqüentemente, indica o potencial de adoção dessa temática na gestão.

O programa de governo publiciza medidas que os candidatos pretendem implementar caso sejam eleitos. Essas medidas compõem o desenho inicial das políticas públicas propostas pelos partidos, são conjuntos de ações, projetos e políticas apresentados como propostas pelos candidatos aos cargos de Prefeito Municipal, Governador de Estado e Presidente da República durante o processo eleitoral, visando atender as necessidades da população (Diniz e Oliveira, 2021).

Até as eleições de 2008, não havia uma exigência legal para a apresentação desse programa. No entanto, com a alteração da Lei 9.504/1997 (Brasil, 2009, Art. 11), que estabelece normas para as eleições, em seu Art. 11º, §1º, inciso IX (Incluído pela Lei 12.034 de 2009), a formalização das propostas defendidas pelos candidatos a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República, tornou-se um dos documentos obrigatórios para a instrução do registro da candidatura. Essa alteração passou a valer a partir das eleições de 2010 e se aplica a todos os cargos executivos (Brasil, 2009).

Embora a Lei 9.504/1997 não tenha sido responsável por introduzir o programa de governo na política eleitoral brasileira, uma vez que candidatos já o utilizavam anteriormente a essa legislação, ela representou uma inovação ao tornar obrigatória a apresentação formal de propostas por parte dos candidatos ao cargo de prefeito, governador e presidente. O objetivo principal dessa lei é aprimorar o processo eleitoral, institucionalizando o programa de governo como um compromisso do candidato com o eleitorado e como uma ferramenta para subsidiar a fiscalização do cumprimento das propostas pelos poderes legislativo e pela sociedade, que escolhe seus candidatos a partir dessas propostas (Brasil, 2009). A efetivação do preceito legal tem sido incorporada progressivamente por candidatos que produzem documentos

suficientemente esclarecedores de suas propostas, mesmo que por vezes orientadas por pesquisas de opinião e marketing político. Sendo forçoso reconhecer que parte dos candidatos adota uma estratégia de mínima exposição de suas ideias como recurso furtivo ao diálogo e crítica de seus adversários.

Durante a campanha eleitoral, os candidatos buscam convencer os eleitores não apenas por meio de propostas populares, mas também apresentando soluções concretas para os desafios sociais, econômicos e ambientais. Aos eleitores cabe analisar se as propostas apresentadas pelos candidatos são coerentes e estão alinhadas com as suas necessidades e aspirações, dentre as quais podem ser incluídos os princípios dos ODS. Isso implicaria verificar se os programas de governo estão centrados na promoção da justiça social, na proteção do meio ambiente, na promoção da igualdade de gênero e na garantia de direitos humanos.

Torna-se, portanto, relevante analisar a participação da temática da sustentabilidade nos programas de governo dos candidatos às eleições de 2022, pois será possível compreender o potencial alinhamento dos partidos políticos e candidatos com a agenda global de sustentabilidade e as políticas públicas necessárias para promovê-las.

Visando a contribuir com o debate acadêmico acerca dos desafios e limites para o cumprimento dos compromissos pelos candidatos, e a contribuir para a discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas políticas públicas no Brasil, o presente trabalho analisa a abordagem e a incorporação da temática da sustentabilidade nos programas de governo dos candidatos eleitos para o cargo de Governador de Estado nas eleições de 2022 no Brasil, tendo sido este o último pleito antes do início da presente investigação.

Em virtude da exploração preliminar dos dados, a presente investigação assume como hipótese que a temática da sustentabilidade (os ODS) participa de forma periférica nos programas de governo da maior parte dos candidatos eleitos enquanto compõe o núcleo do programa de governo de uma reduzida parcela de candidatos.

Assim, para darmos início a análise dos programas de governo, foi realizada uma pesquisa documental a partir do banco de dados disponível no site "DivulgaCand" da Justiça Eleitoral (<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>). Os arquivos são disponibilizados no formato *PDF* e contém informações detalhadas dos candidatos que se registraram junto à Justiça Eleitoral. Os arquivos foram baixados e armazenados no *software Zotero*, um gerenciador de dados bibliográficos utilizado para organizar materiais relacionados à pesquisa. Dentre as 27 unidades federativas consultadas, ressalta-se que somente o Estado do Mato Grosso não estava disponível o programa de governo para *download*.

Para a análise dos resultados, foram utilizados alguns *softwares*, que de acordo com Silva e Silva (2016), o uso de ferramentas informacionais na pesquisa qualitativa oferece diversas vantagens. Primeiramente, elas facilitam a identificação de padrões de significado em um grande volume de documentos. Além disso, reduzem a necessidade de intervenção manual do pesquisador, aumentando sua eficiência e possibilitando ajustes na direção da pesquisa conforme necessário. Para realizar cálculos e visualização das redes dos programas de governos, foi utilizado o programa *Gephi*. Ele desempenha um papel crucial na análise dos dados calculando a proximidade e periferia dos elementos e organizando as redes de significados por meio de representações gráficas. O *Gephi* cria redes semânticas quantitativas que mostram as inter-relações entre os dados, assim como gera relatórios detalhados sobre as fontes das informações coletadas para a construção das redes (Hamann, 2019).

Os produtos gerados são tabelas, grafos e análises de redes semânticas capazes de instruir e sustentar a análise da centralidade (ou não) da sustentabilidade nos programas de governo dos governadores eleitos em 2022. Todas as análises realizadas nesta dissertação foram adicionadas ao banco de dados *BDresearch12*<sup>1</sup>. A pesquisa esteve vinculada à linha de Redes Sociais e Políticas Públicas, todavia, a sua contribuição segue além da área destinada e contribui para as demais linhas de pesquisa, por se tratar de um estudo interdisciplinar, ele poderá desenvolver diferentes metodologias, sendo sociopolítico e socioambiental, visto que, os estudos sobre políticas públicas envolve não somente os políticos e seus partidos, mas as pessoas que escolhem seus candidatos de acordo com suas propostas e promessas, votam neles e os elegem para que possam representá-las, e suas decisões têm impacto direto na elaboração de políticas públicas e, conseqüentemente, na vida do povo brasileiro.

O texto que segue está estruturado em quatro capítulos, além da presente introdução. No primeiro capítulo é apresentada a trajetória do desenvolvimento sustentável e a incorporação da agenda 2030 nas agendas governamentais. No segundo capítulo é apresentado o processo político democrático, as eleições e os programas de governo. No terceiro capítulo, são descritos os materiais e métodos empregados no estudo, enquanto os resultados obtidos são discutidos no quarto e último capítulo da dissertação.

---

<sup>1</sup> **BDRESEARCH12. Programas de governo eleições 2022.** Kaggle, 2025. Disponível em: <<https://www.kaggle.com/datasets/bdresearch12/programas-de-governo-eleies-2022/settings>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

## **2. A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A INCORPORAÇÃO DA AGENDA 2030 NAS AGENDAS GOVERNAMENTAIS**

O desenvolvimento sustentável emergiu como um conceito central nas discussões globais sobre meio ambiente e crescimento econômico, especialmente a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, que estabeleceu princípios fundamentais para a proteção ambiental e a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado. A partir do relatório "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987, o termo ganhou visibilidade e passou a ser amplamente debatido, definindo-se como aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as capacidades das gerações futuras. A trajetória do desenvolvimento sustentável é marcada por eventos significativos, como a Conferência do Rio de Janeiro em 1992 e a Rio+20 em 2012, que reafirmaram o compromisso político dos Estados com a erradicação da pobreza e a promoção de uma economia verde. Este texto busca explorar a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e sua incorporação nas agendas governamentais, destacando os desafios e avanços ao longo das últimas décadas.

Durante boa parte do Século XX o “Desenvolvimento” foi visto predominantemente pelo aspecto do crescimento da produção econômica. Somente em 1959 a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Primeira Década do Desenvolvimento (1960-1970) visando combater a pobreza nos países subdesenvolvidos, reconhecendo os impactos críticos do padrão economicista de desenvolvimento. No ano de 1965, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Posteriormente, devido à crescente preocupação com a degradação ambiental, foram necessárias medidas globais, como acordos internacionais e cooperação entre os países para combater os danos ambientais causados pelo crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial (Barbieri, 2005, p. 13-17).

As discussões sobre novas formas de desenvolvimento aumentaram a partir da década de 70, impulsionadas pelas catástrofes ambientais e pelo desenvolvimento puramente econômico. Em 1972, o Clube de Roma publicou um livro intitulado “Os Limites do Crescimento”, sob a teoria de que o crescimento da população e poluição afetam o equilíbrio do planeta (Gurski et al., 2012, p. 69).

Essa década contribuiu para uma nova consciência acerca dos limites naturais, assim como, o aumento da quantidade de eventos e acordos internacionais voltados à proteção do meio ambiente. A partir de então, foram estabelecidos mecanismos de proteção ambiental, começando com a Conferência de Estocolmo no ano de 1972, realizada na Suécia.

As primeiras discussões sobre as pautas da conferência, não foram nada favoráveis ao governo brasileiro, sendo um país “em desenvolvimento” e vivendo sob um regime militar, com total prioridade ao seu crescimento econômico e não pela distribuição de renda. O país recebeu diversas críticas da opinião pública, pelos abusos nas áreas de direitos humanos e meio ambiente. Durante as reuniões, o posicionamento dos países desenvolvidos, “países conservacionistas”, era de frear o desenvolvimento econômico com foco exclusivo na preservação do meio ambiente. O Brasil enxergava esse foco exclusivo como desfavorável ao crescimento do país. No entanto, ao final das reuniões, o desenvolvimento econômico e social ganha espaço ao debate ambiental, como forma de articular as relações entre meio ambiente e desenvolvimento (Lago, 2013).

Durante a conferência, foi adotada a Declaração de Estocolmo (Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente), considerada um marco jurídico, composta por 109 recomendações que descrevem as responsabilidades e conduzem para a elaboração de futuras políticas públicas (Gurski et al., 2012). Além disso, foi estabelecido o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que se tornou a principal autoridade internacional sobre questões ambientais. O programa foi criado para estimular e contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável, “financiado e supervisionado pelo Conselho Econômico e Social, aliás, o que reforça a intrínseca relação entre meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico” (Brummer, 2010, p. 2).

A conferência de Estocolmo contribuiu na orientação das nações através da definição de princípios voltados à melhoria do meio ambiente e na alteração dos padrões utilizados de desenvolvimento econômico. (Mota, et al., 2008, p. 12). Esses princípios e orientações contribuíram para o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, como novas formas de sustentabilidade”.

No entanto, somente, a partir do relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, presidida por Gro Harlem Brundtland, que o termo ganhou maior visibilidade e começou a ser amplamente discutido. Esse relatório definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as capacidades das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Lago, 2013, p. 73).

Vinte anos após a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, a segunda maior conferência sobre o tema, a RIO 92 ou Cúpula da Terra. O objetivo da RIO 92 era discutir questões urgentes relacionadas à proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico, tendo como base os

princípios estabelecidos em Estocolmo. A conferência é um marco na história do ambientalismo, reunindo líderes mundiais para discutir questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. O objetivo principal da conferência era encontrar maneiras de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, levando em consideração as necessidades e os direitos das gerações futuras.

Durante a conferência, foram adotados cinco documentos importantes: a Convenção sobre diversidade biológica, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança de clima, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que estabeleceu princípios para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a Declaração sobre a conservação e uso sustentável de todos os tipos de florestas e a Agenda 21, um plano abrangente de ação para promover o desenvolvimento sustentável ao nível global, nacional e local (Brummer, 2010).

A escolha do Brasil como sede da Conferência, foi motivada pela grave situação de devastação da Amazônia e pelo assassinato do líder sindical e ambientalista Chico Mendes em 1988. Esses acontecimentos foram decisivos para a escolha do Rio de Janeiro como local do evento. (Dias, 2017).

A Rio 92 também foi marcada pela participação ativa da sociedade civil, com a realização do Fórum Global, que reuniu ONGs, movimentos sociais e comunidades locais para discutir e participar das decisões da conferência, com o propósito de encontrar soluções para reverter os efeitos da degradação ambiental, e promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente adequado em todos os países. Embora as Nações Unidas tenham desenvolvido, ao longo dos anos, vários documentos importantes de ações diretas e indiretas sobre o desenvolvimento sustentável, não havia como negar a dificuldade de implementação dos compromissos. Os governos estavam dispostos a negociar, mas não correspondiam com a vontade política de assumir desafios, criando um distanciamento e uma descrença manifestada pelos principais atores (Lago, 2013).

Dez anos após a Rio 92, é realizada a conferência da Cúpula de Johannesburgo, também conhecida como Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, foi uma conferência internacional realizada na cidade de Johannesburgo, África do Sul. Organizada pelas Nações Unidas, visando avaliar o progresso na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos na Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A Cúpula de Johannesburgo teve como tema central a promoção do desenvolvimento sustentável, abordando necessidades de cunho social e ambiental (Dias, 2017).

Os principais resultados da Cúpula de Johannesburgo incluem a fixação ou reafirmação de metas para a erradicação da pobreza extrema, ampliação do acesso à água, protocolos de compensação para poluidores, divulgação da economia verde, bem como, a inclusão de duas questões controversas (responsabilidade corporativa e energia renovável), uma decisão política de estabelecer um fundo de solidariedade global para a erradicação da pobreza e um forte compromisso com os atores sociais visando a parceria e a dinamização e eficiência de projetos (Lago, 2013).

Vinte anos após a conferência da Cúpula de Johannesburgo, foi realizada no Rio de Janeiro, nos dias 20 a 22 de junho de 2012, a Rio+20, a conferência resultou na elaboração do documento “Futuro que Queremos”. Os objetivos da Rio+20 eram distintos, conforme estabelecido na Resolução 64/236 da Assembleia Geral das Nações Unidas. O principal objetivo da Conferência era reafirmar o compromisso político dos Estados com o desenvolvimento sustentável. Para isso, foram abordados dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para promover o desenvolvimento sustentável (Silva, 2021).

O documento foi aprovado por tratar de assuntos que denotam resultados seguros para proporcionar uma “agenda de integração das áreas econômicas, sociais e ambientais nos próximos anos” (Lago, 2013). Ratificando todos os princípios da declaração do Rio-92, incluindo as responsabilidades comuns com suas alterações, no que diz respeito ao equilíbrio das obrigações dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

A Rio+20 avançou ao ensejar as problemáticas a respeito da erradicação da pobreza e do combate à miséria, sendo este, um avanço aos debates das conferências que a antecedem, pois o conceito do desenvolvimento sustentável, introduz a preocupação e a promoção dos direitos sociais. (Gomes e Ferreira, 2018).

Outro assunto tratado na Rio+20, foi a criação de um Fórum Político Intergovernamental Universal de Alto Nível, para tratar de assuntos institucionais, inclusive, substituir a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que atuava desde 1993 e se reuniam anualmente. O Fórum teve a sua primeira participação na 68ª Sessão da Assembleia Geral, realizada em setembro de 2013. Entre as pautas discutidas com a participação do Fórum, foi tratar sobre a criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No ano de 2015, foi realizada a 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, para tratar sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reunidos em uma agenda ampla e universal nomeada como: “Transformando Nosso Mundo”: A Agenda

2030 para o Desenvolvimento Sustentável,” que deverá ser implementada de forma consistente com os direitos e as obrigações dos Estados conforme o Direito Internacional (ONU, 2018).

FIGURA 1 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



FONTE: Nações Unidas Brasil (2024).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foram elaborados com o intuito de cumprir a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, constituem um conjunto de 17 objetivos associados a 169 metas integradas e indivisíveis, que visam a erradicação da pobreza, a proteção do planeta e a promoção da paz e da prosperidade para todos. Esses objetivos são interligados, ou seja, o sucesso de um objetivo está ligado ao sucesso dos outros objetivos, sendo assim, é necessário um esforço de políticas públicas associadas para alcançar essas metas até 2030, sendo um benefício para todos, atendendo as presentes e futuras gerações, em prol do desenvolvimento sustentável globalmente conforme descrito na figura 1 (ONU, 2018).

O presente capítulo teve por objetivo apresentar a trajetória do desenvolvimento sustentável, que revela um processo contínuo de integração entre as dimensões econômica, social e ambiental, refletindo a necessidade de um equilíbrio que permita o progresso sem comprometer o futuro. Apesar dos avanços significativos, como a adoção de documentos importantes e a participação ativa da sociedade civil, a implementação efetiva dos compromissos ainda enfrenta desafios consideráveis. A experiência das conferências internacionais, especialmente a Rio+20, demonstra que a vontade política e a colaboração entre os países são essenciais para transformar as diretrizes em ações concretas. No próximo capítulo é descrito o processo político democrático, eleições e programas de governo.

### 3. O PROCESSO POLÍTICO DEMOCRÁTICO: ELEIÇÕES E PROGRAMAS DE GOVERNO

Constituída através do sistema de governo presidencialista, a política brasileira é definida por um sistema pluripartidário que também é conhecido como multipartidário, este sistema é formado por vários partidos políticos, conforme texto trazido pela lei 6.767 de 20 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a regulamentação da fundação, da organização, do funcionamento e da extinção dos partidos políticos (Brasil, 1979). Essa legislação foi atualizada e o sistema eleitoral é definido pela Constituição Federal de 1988, em seus arts. 14 e 17, que trata dos direitos políticos e dos partidos políticos e pela lei 9.096 de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos e regulamenta esses artigos, e é regulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As eleições são intercaladas pelos sistemas majoritário e proporcional, realizadas a cada dois anos e em anos pares. O sistema majoritário, elege os candidatos mais votados, que tenham obtido mais de 50% dos votos aos cargos do executivo, sendo eles: presidente da república, governadores e prefeitos nos municípios onde há segundo turno, pois nos demais municípios torna-se eleito o candidato com o maior número de votos. No poder legislativo também, majoritariamente, são eleitos os senadores da república. Já o sistema proporcional é voltado aos candidatos a ocupar os cargos do poder legislativo, sendo eles: deputados federais, deputados estaduais e vereadores. No sistema proporcional diferente do sistema majoritário, os candidatos mais votados, nem sempre ocuparam as vagas disponíveis, pois essas serão preenchidas conforme o número de votos totalizados pelos partidos, ou seja, os candidatos com maior número de votos por partido, ocupam as vagas conquistadas pelos partidos no legislativo.

O sistema eleitoral no Brasil formata a dinâmica dos partidos políticos, fundamentais para o funcionamento da democracia representativa, os quais tendem a desenvolver estruturas de poder que concentram decisões nas mãos de poucos, uma elite partidária. A literatura clássica sobre os partidos políticos descreve as contribuições dos autores e cientistas políticos Robert Michels, Maurice Duverger, Otto Kirchheimer, Panebianco, Adam Katz e Peter Mair, Samuel Wolinetz e Robert Harmel, entre outros que contribuíram e continuam contribuindo para a teoria e classificação dos partidos políticos. Robert Michels, autor da obra "Sociologia dos Partidos Políticos (1911)", na qual introduz a teoria da oligarquização, argumentando que a tendência natural dos partidos é desenvolver uma estrutura oligárquica, independentemente de suas origens democráticas. Michels observa que a hierarquia e a centralização do poder são inevitáveis devido à necessidade de liderança nas organizações (Michels, 1982). E à medida

que essas organizações vão se consolidando é que os partidos tendem a se tornar menos democráticos e mais oligárquicos, devido aos efeitos psicológicos do exercício do poder e aos efeitos do status dos benefícios financeiros que líderes recebem por suas ações e políticas (Hands, 1971).

Maurice Duverger e Otto Kirchheimer, por sua vez, focam na dinâmica dos sistemas partidários e na forma como os partidos operam em diferentes estruturas eleitorais. Duverger é famoso pela sua lei que leva o mesmo nome, a qual sugere que sistemas eleitorais majoritários de um só turno tendem a favorecer um sistema bipartidário, enquanto sistemas proporcionais incentivam a formação de múltiplos partidos (Duverger, 1951). Kirchheimer, por outro lado, analisa os partidos políticos no contexto do pós-guerra na Europa, destacando a transição dos partidos de massa para os chamados partidos *catch-all*, que buscam atrair um amplo espectro de eleitores (Kirchheimer, 1966). Essa transição caracteriza-se pela diluição ideológica dos partidos, com apelos a diversos grupos sociais focados no sucesso eleitoral (Amaral, 2013).

Angelo Panebianco, Adam Katz e Peter Mair, bem como Samuel Wolinetz e Richard Harmel, exploram aspectos organizacionais e estratégicos dos partidos políticos. Panebianco, em sua obra "Partidos Políticos: Organizações e poder", examina como os partidos são estruturados em termos de poder e decisão, enfatizando a importância das elites partidárias (Panebianco, 1988). Katz e Mair, em "*How Parties Organize*", argumentam que os partidos modernos se adaptaram às mudanças na sociedade, tornando-se mais profissionalizados e orientados para a mídia (Katz & Mair, 1992). Wolinetz e Harmel, embora menos focados na estrutura interna dos partidos, analisam como os partidos operam em sistemas competitivos e a importância da estratégia eleitoral.

Esses autores concordam que os partidos evoluem em resposta a mudanças sociais e no ambiente eleitoral, adaptando suas estratégias e estruturas para manter a relevância e o poder. As divergências surgem principalmente na ênfase que cada autor dá a diferentes aspectos dos partidos. Enquanto Michels se concentra na inevitabilidade da oligarquização, Duverger e Kirchheimer estão mais preocupados com a influência dos sistemas eleitorais na formação e no comportamento dos partidos. Panebianco, Katz e Mair focam na organização interna e na adaptação estratégica dos partidos, e Wolinetz e Harmel na competição eleitoral e na estratégia partidária. Cada perspectiva oferece uma lente distinta para entender a complexidade dos partidos políticos, refletindo a amplitude de questões que essas organizações enfrentam e os caminhos que os levam as disputas eleitorais.

Os partidos políticos são formados com base em ideologias e princípios políticos, unindo pessoas que compartilham das mesmas ideias políticas, formando uma organização orientada pelos valores políticos e sociais (Sousa, 2023).

O objetivo dos partidos políticos e de seus candidatos é a obtenção de votos que resultem no sucesso eleitoral, para que após eleitos, esses exerçam determinada função, que conforme a lei, visa assegurar a autenticidade do sistema representativo em defesa dos direitos humanos fundamentais, como define a Constituição. Em um país constituído pelo regime democrático o voto popular é inerente ao sistema, pois através das eleições o povo escolhe os representantes que serão responsáveis pela execução de políticas públicas. O voto é importante para a democracia e conseqüentemente para os candidatos obterem sucesso eleitoral, e com o aumento das campanhas é preciso tomar certos cuidados com a organização e como elas são operadas (Deschamps et al., 2021).

Campanhas eleitorais são estratégias e atividades desenvolvidas por candidatos e partidos políticos durante um processo eleitoral visando a convencer o eleitorado a apoiá-los e conquistar votos. Essas campanhas podem envolver várias atividades, como comícios, debates, distribuição de materiais de propaganda, entrevistas na mídia, criação de vídeos promocionais, presença nas redes sociais, entre outros (Quirino, 2022).

Durante as campanhas eleitorais, os candidatos geralmente apresentam suas propostas, discutem temas de interesse público, apresentam suas qualificações e destacam as diferenças em relação aos concorrentes. Além disso, é comum serem realizadas pesquisas de opinião para avaliar a aceitação do eleitorado e orientar as estratégias dos candidatos. As campanhas eleitorais são fundamentais para o processo democrático, pois permitem a divulgação das propostas e ideias dos candidatos, assim como facilitam o acesso à informação sobre as opções disponíveis para os eleitores. No entanto, é importante que essas campanhas sejam conduzidas dentro dos limites da legislação eleitoral, respeitando as regras de financiamento, propaganda e condutas éticas (Brasil, 1997).

As campanhas eleitorais são formadas por um sistema cultural de desigualdades sociais com grandes diferenças econômicas, o que pode promover um desequilíbrio (Assis, 2017). O poder econômico é elemento essencial na vida pública, devido à alta dependência das campanhas eleitorais em obter recursos financeiros necessários para que candidatos tenham maior visibilidade e maiores chances de sucesso eleitoral. A alta dependência em relação ao dinheiro e as facilidades por ele proporcionadas, podem afetar de certa forma o cenário e a participação nas eleições, desestimulando alguns candidatos na disputa eleitoral, devido ao elevado custo envolvido (Bueno e Junckes, 2021; Deschamps et al., 2021).

Após a Segunda Guerra Mundial e a reorganização dos sistemas partidários, os "Programas de Governo", passaram a ser objeto de estudo dentro da Ciência Política. No entanto, as pesquisas iniciais se limitavam a analisar e comparar o conteúdo desses documentos, sem explorar profundamente os aspectos analíticos por trás das propostas oficiais dos partidos políticos Vizoná (2019). Esses estudos são baseados na teoria do mandato de Anthony Downs, na qual, os programas de governo são considerados um compromisso entre os partidos políticos e os eleitores, sendo que os políticos buscam benefícios associados aos cargos e os eleitores almejam políticas que atendam aos seus interesses (Diniz e Oliveira, 2020).

Os manifestos partidários ou programas de governo consistem em declarações que apresentam intenções, planos, políticas e compromissos que um partido pretende adotar caso alcance o poder, no qual são detalhadas as propostas e metas que não necessariamente entrarão na agenda governamental após as eleições (Thonson, 2001). Embora os eleitores esperem que os representantes cumpram as promessas descritas nos programas, em nenhuma democracia existe a obrigação legal de fazê-lo, ou seja, a democracia não possui mecanismos institucionais que garantam que as escolhas dos cidadãos sejam impositivamente respeitadas (Manin et al., 2006).

Sendo assim, o presente capítulo descreve as discussões que permeiam esse debate: Como os partidos definem as propostas que são descritas nesses programas ou manifestos partidários? Qual o papel do eleitor na definição dessas propostas ou promessas? Quais áreas são priorizadas nos manifestos partidários ou programas de governo? Como os autores incorporam os temas voltados ao desenvolvimento e sustentabilidade? e Quais são as chances dessas propostas ou promessas serem efetivadas após serem eleitos? Essas são algumas questões que se pretende responder nos itens seguintes.

### **Os partidos, e as propostas descritas nos programas ou manifestos partidários e o eleitorado**

A elaboração das propostas ou promessas que serão transmitidas através dos programas de governo, está relacionada às bases ideológicas dos partidos, o que os partidos pretendem transmitir com base no público-alvo. A maioria das pesquisas se concentra no conteúdo dos manifestos, mas é importante entender por que eles são escritos e de que forma são elaborados. Harmel (2018) argumenta que os programas de governo não são necessariamente elaborados apenas para se comunicar com os eleitores e conquistar votos, o que contradiz grande parte da literatura. Existem outras motivações que levam os partidos a

escreverem e divulguem esses programas, incluindo membros ativistas, detentores de cargos políticos, grupos de interesse, mídia, outros partidos aliados ou de oposição, entre outros.

É certo que boa parte dos estudos seguem a premissa do modelo de Downs (1957) de partidos como maximizadores de votos, pressupõe-se que os documentos são elaborados para reforçar os votos dos eleitores atuais e atrair novos eleitores para o partido. Ou seja, “o manifesto é presumivelmente escrito principalmente, se não exclusivamente, com o eleitorado potencial do partido em mente” (Harmel, 2018, p.2). Por outro lado, os eleitores votarão nos partidos cujas propostas de políticas estejam relacionadas às suas preferências. Sendo assim, os partidos tendem a fazer promessas específicas que eles sentem que são capazes de cumprir no cargo. No entanto, é evidente que mesmo promessas específicas podem representar diferentes graus de especificidades, e algumas promessas são destacadas pelo governo como sendo “mais importantes” (Bara, 2005, p. 587).

Os manifestos políticos não se limitam a apoiar ideologias e compromissos específicos, mas sim, enfatizar determinadas questões políticas em detrimento de outras, com a intenção de beneficiar determinados partidos. Essa estratégia visa direcionar a atenção para questões consideradas prioritárias, a fim de influenciar o posicionamento político e a escolha dos eleitores (Hofferbert, 1992, p.154). Essa abordagem tem sido utilizada como uma forma de influenciar o debate público e moldar a agenda política em favor de determinados interesses partidários, no caso de coligações ou coalizões partidárias.

A coalizão ou cooperação partidária no Brasil ela é conhecida como “Presidencialismo de Coalizão”. Existem diferentes graus de controle e interferência na agenda do governo e da campanha eleitoral que variam com o controle exercido pelo partido do presidente e outros partidos da coligação ou da coalizão. (Diniz e Oliveira, 2020). Nos países em que os governos são formados por um único partido, o programa do partido vencedor torna-se a agenda política do governo. Por outro lado, em sistemas multipartidários, a agenda política do governo é negociada junto com os parceiros da coalizão Thonson (2001). Essas propostas podem ser aceitas ou rejeitadas durante essas negociações, e os partidos podem antecipar as discussões de formação de governo ao identificar propostas inaceitáveis de potenciais parceiros de coalizão (Harmel, 2018, p 4). Além disso, a formação de coalizões pode influenciar a quantidade de promessas feitas, já que partidos que esperam formar uma coalizão tendem a alinhar suas promessas com as de outros partidos para aumentar sua atratividade como parceiros (Harmel, 2018, p 8). Ao formar uma coalizão, os partidos muitas vezes precisam fazer concessões, e conseqüentemente não conseguem implementar seus projetos partidários (Manin, 1995).

Nos casos em que os partidos se unem para formar uma força partidária, geralmente, as propostas não coincidem, algumas não estão de acordo com um ou outro partido. Nesses casos, a competição entre partidos geralmente ocorre de forma indireta, com foco nas áreas de política em que têm alguma vantagem em relação aos concorrentes Thomson (2001). As promessas eleitorais apoiadas nos acordos de coalizão têm significativamente mais probabilidade de serem cumpridas do que aquelas que não são. Esta é uma descoberta importante, porque a formulação do acordo de coalizão ocorre em uma situação de tomada de decisão que é bem distinta da formulação de políticas durante a vida dos governos. (Thomson, 2001, p.193).

O papel do eleitorado na definição das propostas nos manifestos partidários é de grande importância, pois os eleitores fazem escolhas com base nas questões que consideram mais relevantes. As estratégias dos partidos de ênfase seletiva permitem que os eleitores decidam quais questões são importantes para eles, e, assim, julguem os partidos de acordo com a expectativa de que eles tomarão ações apropriadas sobre essas questões. Além disso, os programas eleitorais transmitem uma mensagem sobre as prioridades relativas das áreas políticas, o que implica que os eleitores endossem a ação em áreas relevantes Hofferbert (1992). Portanto, o eleitorado influencia as propostas ao expressar suas preocupações e prioridades nas eleições. No entanto, estudos mostram que a maioria dos eleitores não costumam ler esses documentos, mesmo sabendo da sua existência (Harmel, 2018; Bara, 2005). eleitores agem de forma reativa à forma pela qual o sistema partidário é organizado. Ou seja, a organização das elites políticas para a competição eleitoral é o fator determinante. Aos eleitores sobra pouquíssima margem de influência para aquilo que lhes é oferecido como opções de escolha. Seu papel nesse processo é perto de nulo.

### **As áreas prioritárias, o desenvolvimento e a sustentabilidade nos programas de governo e na gestão**

Os políticos possuem preferências em relação às políticas públicas quando suas recompensas ou probabilidades de reeleição estão diretamente ligadas às políticas que adotam. Além disso, os políticos também têm crenças sobre as promessas que podem levá-los à vitória eleitoral e sobre as políticas que os eleitores apreciarão depois de experimentarem seus resultados. Essas questões ressaltam a importância da relação entre os políticos e as políticas públicas, demonstrando que suas decisões são influenciadas por fatores como a busca pelo poder e pela aceitação do eleitorado (Manin et al. 2006). E, claro, suas crenças, ideologia, valores e preferências.

Os manifestos dos principais partidos da Grã-Bretanha têm destacado áreas políticas como economia, saúde e bem-estar, educação e lei e ordem, representando 75% das promessas analisadas. Isso está alinhado com estudos anteriores que apontam essas áreas como as mais citadas (Bara, 2005). Embora muitas dessas promessas consideradas importantes tenham sido cumpridas após as eleições, há ainda uma parte delas que são discutidas em termos de sua importância, sem que ações específicas sejam apresentadas (Hofferbert, 1992).

No cenário político brasileiro, a análise das promessas de campanha dos candidatos à presidência segue a tendência de priorização de temas relacionados à economia e ao bem-estar social. Segundo Diniz e Oliveira (2021), embora haja uma certa convergência de temas entre os candidatos, é possível identificar diferenciações decorrentes das disputas intrapartidárias e da conjuntura política. Destaca-se ainda a presença de propostas relacionadas à sustentabilidade e à proteção ambiental, que ganham destaque nas discussões eleitorais.

Nas eleições presidenciais de 2014, a maioria dos candidatos apresentou propostas relacionadas à governança ambiental. Além disso, o autor identificou três perfis de governança ambiental, sendo eles focados na sustentabilidade econômica, na combinação de sustentabilidade econômica, ecológica e social, e na sustentabilidade ecológica (Barros, 2017). Seguindo ainda nas eleições presidenciais de 2014, Trajano et al. (2017) ao verificar a coerência do discurso sobre sustentabilidade nos planos de governo, o autor relata haver confusão entre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sendo tratados como sinônimos.

Embora haja um crescimento da preocupação em colocar propostas voltadas para essas áreas nos planos de governo e um interesse geral, ainda tímido, dos candidatos em abordar esses assuntos, a abordagem de cada candidato varia conforme as linhas do partido e os candidatos que trataram as questões ambientais de forma mais enfática partiram de suas questões sócio-históricas, seguindo o discurso das linhas de pensamento do partido.

De acordo com Ramiro (2021) o país enfrenta dificuldades em construir um planejamento de longo prazo e de manter o compromisso com a Agenda 2030. A extinção da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e a falta de uma estratégia alternativa por parte do governo federal demonstram esse afastamento da agenda sustentável, o que pode comprometer os avanços já conquistados e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nos estudos de Carvalho (2022), o autor avaliou a incorporação das premissas de desenvolvimento sustentável nos sete Planos Plurianuais (PPA) do governo federal no período

de 1991 – 2019. Os achados foram que apesar da presença crescente de programas com foco em desenvolvimento sustentável nos planos de ação, há uma falta de base teórica para a transversalidade desses programas. Isso significa que as ações e programas relacionados ao desenvolvimento sustentável são realizados isoladamente e não há uma consideração clara das interdependências e interconexões entre eles. Portanto, é argumentado que a transversalidade existe mais por acaso do que como resultado de propostas pré-definidas.

Após a eleição, as propostas apresentadas pelos partidos políticos podem ser efetivadas, mas a realização dessas promessas pode variar de acordo com diversos fatores, como a especificidade das propostas, os atores envolvidos e a situação econômica do país. Estudos mostram que os partidos tendem a cumprir uma parte significativa de suas promessas, embora seja necessário analisar os dados com cautela. Além disso, mudanças inesperadas que ocorrem durante o governo podem influenciar nas decisões políticas em benefício dos cidadãos. É importante ressaltar que os políticos podem ver o cumprimento das promessas como um investimento em sua credibilidade, o que os leva a se comprometerem com as propostas apresentadas durante a campanha eleitoral. Contudo, é essencial considerar que as condições políticas e econômicas podem impactar na implementação das medidas prometidas, podendo alterar o rumo das políticas públicas em busca do bem-estar da população. (Bara, 2005; Manin et al. 2006).

O conteúdo deste capítulo discorreu sobre a importância dos manifestos partidários e programas de governo, salientando os atores que podem influenciar na sua elaboração. De acordo com a maioria da literatura especializada, o envolvimento e as preocupações dos eleitores desempenham um papel fundamental na formulação de propostas, o que pode contribuir para a realização das promessas feitas durante a campanha eleitoral e para a definição da agenda política. Em relação aos temas abordados nos manifestos e programas de governo, há uma ênfase em áreas como economia, saúde e bem-estar, educação, segurança e questões ambientais.

#### 4. METODOLOGIA

Este capítulo descreve os processos da coleta de dados, as fontes de dados utilizadas para a pesquisa, os procedimentos de exploração dos dados, os processos de depuração dos dados e processamento e análise das redes semânticas dos textos dos programas de governo.

Assumimos como objetivo geral **analisar a abordagem e a incorporação da temática da sustentabilidade nos programas de governo dos candidatos eleitos ao cargo de Governador de Estado, nas eleições de 2022 no Brasil**; e como objetivos específicos (1) contribuir para a discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas políticas públicas no Brasil e (2) contribuir com o debate acadêmico acerca dos desafios e limites para o cumprimento dos compromissos.

Para alcançar os objetivos propostos a presente pesquisa está sendo realizada a partir da coleta das propostas de governo apresentadas pelos candidatos eleitos ao cargo de Governador de Estado das Unidades Federativas nas eleições 2022. As propostas apresentadas pelos candidatos, são um dos requisitos obrigatórios para a efetivação do registro da candidatura, conforme define a Lei 9.504/1997 (Brasil, 1997), alterada pela Lei 12.034 de 2009 (Brasil, 2009).

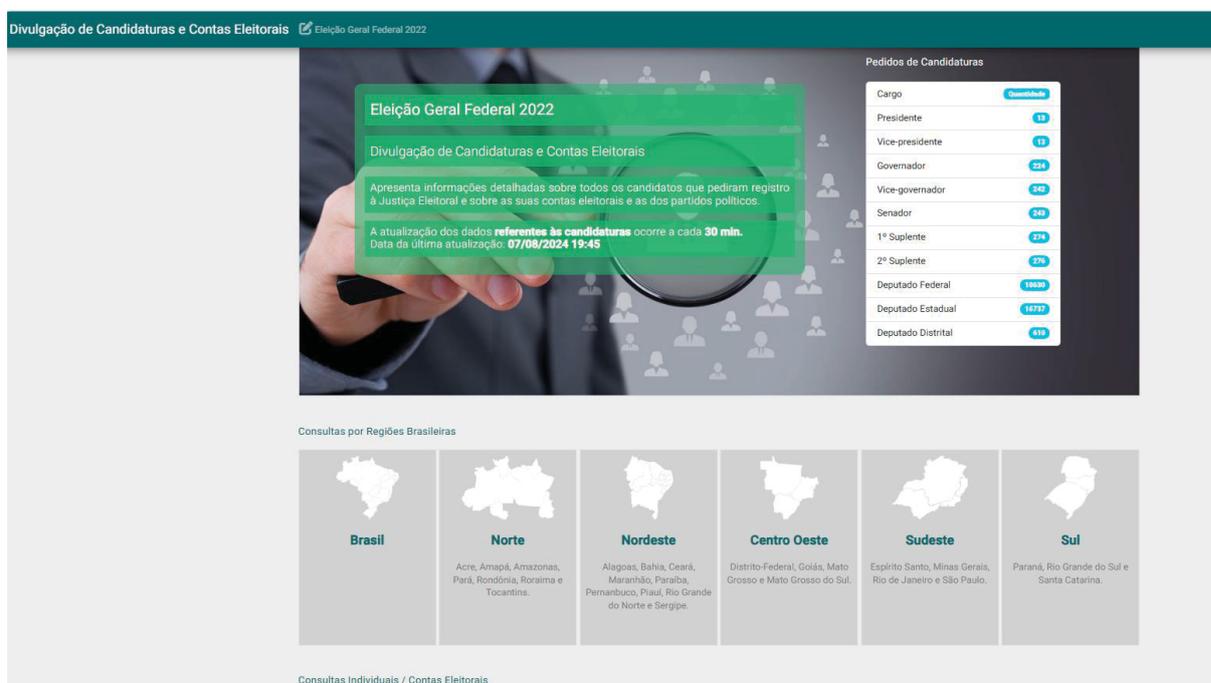
As propostas enviadas pelos candidatos, ou os “Programas de Governo”, são disponibilizadas pela Justiça Eleitoral e podem ser acessadas através da plataforma “DivulgaCand”, do Tribunal Superior Eleitoral (Brasil, 2022). Portanto, o local de pesquisa é o espaço cibernético proporcionado pela disponibilização de dados digitais em rede web. No tocante à amostra, foram selecionados os textos integrais dos programas de governo referentes aos 27 candidatos eleitos.

O processo de pesquisa consistiu em: a coleta documental dos dados no Banco de Dados da Justiça Eleitoral; a conversão dos arquivos em *PDF* para formatos editáveis; a organização e preparação dos dados em processador de textos e planilhas eletrônicas de acordo com Silva e Silva, 2016; a depuração de dados com o *software Open Refine*; a preparação dos dados depurados para análise no *software Gephi*; e a análise e apresentação dos dados gerados no *software* de análise de redes *Gephi*. Os dados utilizados neste trabalho estão disponíveis para *download* em <<https://www.kaggle.com/datasets/bdresearch12/programas-de-governo-eleies-2022/settings>>

A exploração inicial dos dados foi realizada em janeiro de 2024, por meio da análise das “Propostas de Governo”, disponíveis em arquivos no formato *.pdf* (*Portable Document Format*) através da consulta ao site “DivulgaCand” da Justiça Eleitoral, conforme imagem em destaque na figura 2 (Brasil, 2022). A plataforma disponibiliza as informações detalhadas sobre

os candidatos que realizaram seus registros junto à Justiça Eleitoral. O acesso às “Propostas de Governo”, foi realizado a partir da consulta por “Regiões Brasileiras” (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e seus respectivos Estados. Após selecionar a região e estado, em “Resumo de Cargos” clicar na opção “Candidaturas” e depois em “Cargos” selecionar o cargo “Governador”, nesta opção, a plataforma disponibiliza as informações de todos os candidatos que tiveram seus registros deferidos pela Justiça Eleitoral, assim, basta clicar no nome do candidato eleito para ter acesso às informações do candidato, por fim, basta clicar na aba “Propostas” e fazer o *download* dos arquivos no formato (.pdf).

FIGURA 2 – PÁGINA DE DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS



FONTE: TSE (2024).

Foram feitos os *downloads* dos arquivos e armazenados no *software Zotero*, um gerenciador de dados bibliográficos e materiais relacionados à pesquisa. Das 27 unidades federativas consultadas, apenas o Estado do Mato Grosso não disponibiliza nenhum documento. As demais "Propostas de Governo" foram baixadas e organizadas conforme mostrado na imagem da figura 3.

FIGURA 3 – PASTA DOS PROGRAMAS DE GOVERNO - ZOTERO

Titulo	Autor	Ano
> <input type="checkbox"/> DISTRITO FEDERAL	CENTRO-OESTE	2022
> <input type="checkbox"/> GOIÁS	CENTRO-OESTE	2022
> <input type="checkbox"/> MATO GROSSO (SEM PDF)	CENTRO-OESTE	2022
> <input type="checkbox"/> MATO GROSSO DO SUL	CENTRO-OESTE	2022
> <input type="checkbox"/> ALAGOAS	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> BAHIA	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> CEARÁ	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> MARANHÃO	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> PARAÍBA	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> PERNAMBUCO	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> PIAUÍ	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> RIO GRANDE DO NORTE	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> SERGIPE	NORDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> ACRE	NORTE	2022
> <input type="checkbox"/> AMAPÁ	NORTE	2022
> <input type="checkbox"/> AMAZONAS	NORTE	2022
> <input type="checkbox"/> PARÁ	NORTE	2022
> <input type="checkbox"/> RONDÔNIA	NORTE	2022
> <input type="checkbox"/> RORAIMA	NORTE	2022
> <input type="checkbox"/> TOCANTINS	NORTE	2022
> <input type="checkbox"/> ESPÍRITO SANTO	SUDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> MINAS GERAIS	SUDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> RIO DE JANEIRO	SUDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> SÃO PAULO	SUDESTE	2022
> <input type="checkbox"/> PARANÁ	SUL	2022
> <input type="checkbox"/> RIO GRANDE DO SUL	SUL	2022
> <input type="checkbox"/> SANTA CATARINA	SUL	2022

FONTE: A autora (2024).

Após a organização e armazenamento dos arquivos, foi necessário realizar um recorte no conjunto dos Programas de Governo para análise durante o período do mestrado. Para isso, foi realizada uma leitura de todos os programas de governo. Decidiu-se então escolher os quintis dos extremos, sendo cinco com maiores valores de PIB e cinco com menores valores, conforme mostrado na figura 4. Esta seleção cumpre o papel de saturação possibilitando a generalização de seus resultados para as 27 unidades federativas. Dessa forma, optou-se por focar em um grupo representativo que abrangesse tanto as realidades econômicas de maior renda quanto as de menor renda do país.

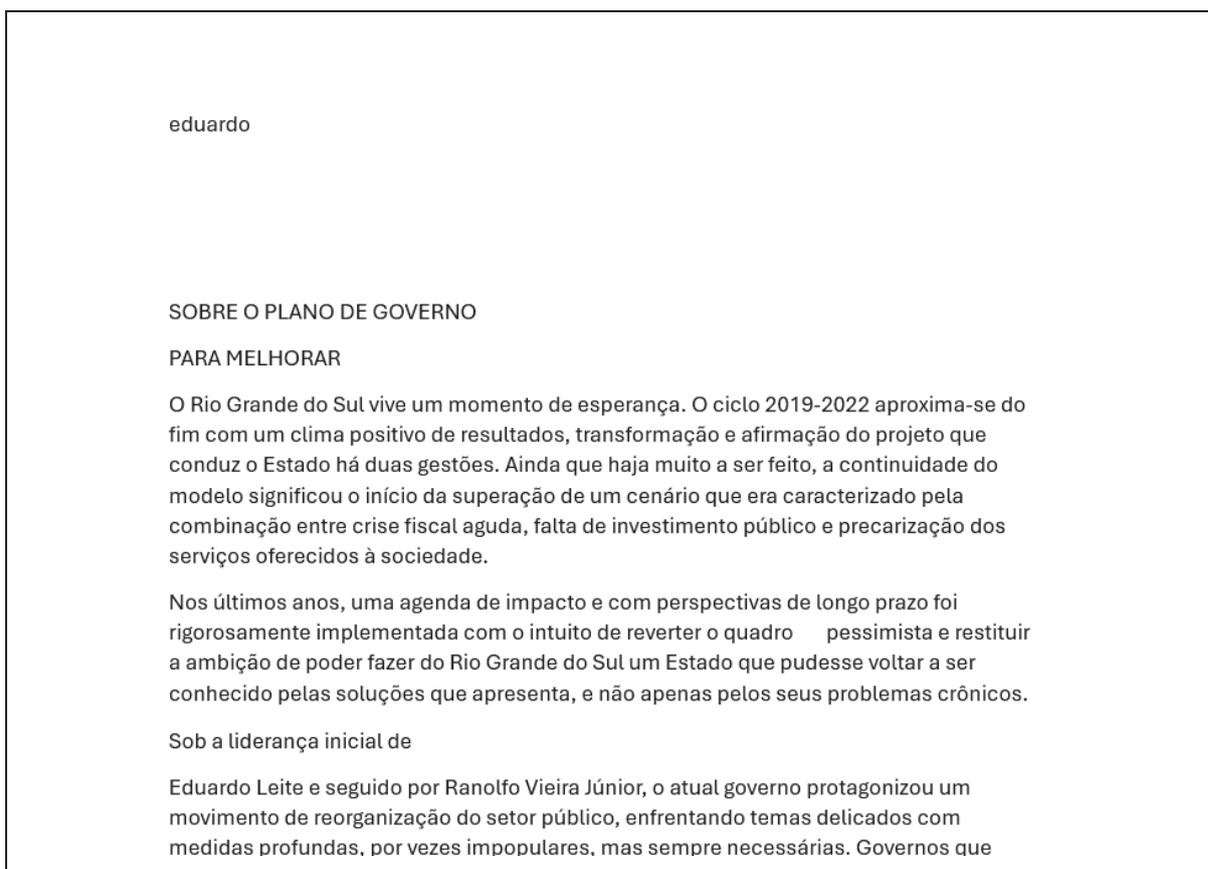
FIGURA 4 – UNIDADES FEDERATIVAS – PIB/2021

Unidades da Federação	PIB em 2021 (1.000.000 R\$)
<b>São Paulo</b>	<b>2.719.751</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>949.301</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>857.593</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>581.284</b>
<b>Paraná</b>	<b>549.973</b>
Santa Catarina	428.571
Bahia	352.618
Distrito Federal	286.944
Goiás	269.628
Pará	262.905
Mato Grosso	233.390
Pernambuco	220.814
Ceará	194.885
Espírito Santo	186.337
Mato Grosso do Sul	142.204
Amazonas	131.531
Maranhão	124.981
Rio Grande do Norte	80.181
Paraíba	77.470
Alagoas	76.266
Piauí	64.028
Rondônia	58.170
<b>Sergipe</b>	<b>51.861</b>
<b>Tocantins</b>	<b>51.781</b>
<b>Acre</b>	<b>21.374</b>
<b>Amapá</b>	<b>20.100</b>
<b>Roraima</b>	<b>18.203</b>

FONTE: Adaptado IBGE (2021).

Para iniciar a exploração e processamento dos dados, foi preciso converter os arquivos em formato *PDF* para documentos editáveis. Esta conversão foi realizada por meio de uma ferramenta online e de uso gratuito. Após converter o texto, exibido na figura 5, o próximo passo foi limpar toda a formatação e corrigir possíveis erros ortográficos e gramaticais, que possam ter se alterado com a conversão.

FIGURA 5 – PROGRAMA DE GOVERNO – CONVERSÃO PDF/DOC



FONTE: A autora (2024).

Os procedimentos realizados foram: No documento (estado – tratado), selecionar o texto – limpar toda a formatação, depois em localizar – localização avançada – localizar (.) e substituir especial (quebra de linha manual) por (. ^|). Selecionar o texto – limpar toda a formatação, remover espaço depois do parágrafo, alterar a fonte para (Calibri 12). Selecionar o texto – em inserir, inserir tabela – selecionar - converter texto em tabela – texto separado em tabulações. Após converter o texto em tabela, adicionar uma coluna à esquerda e adicionar uma linha acima. Na coluna adicionada inserir numeração e na linha adicionada, na coluna da numeração, nomear como (Identificação da Frase), e na segunda coluna nomear como (Frase), conforme tabela descrita na figura 6. Após a inclusão da tabela e numeração, selecionar o texto e verificar Ortografia e Gramática; Excluir as linhas em branco e a conformidade com o texto original. Após o procedimento no bloco de notas, selecionar o texto, abrir um arquivo Excel e colar o texto. Depois, salvar o arquivo em CSV (separado por vírgulas).

Foi realizada a substituição das quebras de linha manuais, a padronização da fonte para Calibri 12 e a conversão do texto em uma tabela. Adicionou-se uma coluna à esquerda e uma linha acima, com a identificação da frase e a própria frase. Após a inclusão da tabela, realizou-

se uma nova verificação da ortografia e gramática, eliminando linhas em branco e garantindo a fidelidade ao texto original. Por fim, o texto foi copiado para um arquivo do Excel e salvo no formato CSV.

FIGURA 6 – PROGRAMA DE GOVERNO – CRIAÇÃO DA PLANILHA DE FRASES

Identificação da Frase	Frase
1	Crescer juntos
2	PLANO DE GOVERNO
3	eduardo
4	Apresentação
5	SOBRE O PLANO DE GOVERNO
6	PARA MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS
7	O Rio Grande do Sul vive um momento de esperança.
8	O ciclo 2019-2022 aproxima-se do fim com um clima positivo de resultados, transformação e afirmação do projeto que conduz o Estado há duas gestões.
9	Ainda que haja muito a ser feito, a continuidade do modelo significou o início da superação de um cenário que era caracterizado pela combinação entre crise fiscal aguda, falta de investimento público e precarização dos serviços oferecidos à sociedade.
10	Nos últimos anos, uma agenda de impacto e com perspectivas de longo prazo foi rigorosamente implementada com o intuito de reverter o quadro pessimista e restituir a ambição de poder fazer do Rio Grande do Sul um Estado que pudesse voltar a ser conhecido pelas soluções que apresenta, e não apenas pelos seus problemas crônicos.

FONTE: A autora (2024).

Após a importação da planilha para o *OpenRefine*, novos procedimentos foram necessários para a organização da rede. O primeiro passo foi remover os espaços em branco ao longo do texto e formatar o texto para Maiúsculo, tendo em vista que uma palavra escrita em maiúsculo e minúsculo, são entendidas pelo computador como termos diferentes. Desta forma, para que os termos fiquem padronizados, na coluna das frases selecionar “Editar células > Transformações comuns > Para maiúsculo”. Em seguida, foram aplicados alguns *scripts* para dar continuidade a padronização dos termos essenciais para a organização da rede. Os *scripts* são linguagens de programação utilizados para executar pequenas ou diversas alterações ao mesmo tempo, isso otimiza o processo de padronização, pois seria impossível realizar essas alterações individualmente.

Antes da aplicação dos *scripts* foi necessário renomear a coluna “Frase” para “Limpar”. O primeiro *script* a ser aplicado foi para eliminar a acentuação, essa aplicação

remove todo e qualquer tipo de acentuação gráfica existente nas frases como: acento agudo (´), acento grave (`), acento circunflexo (^) e til (~) (FIGURA 7).

FIGURA 7 – SCRIPT PARA ELIMINAR ACENTUAÇÃO

```
[
  {
    "op": "core/text-transform",
    "engineConfig": {
      "facets": [],
      "mode": "record-based"
    },
    "columnName": "Limpar",
    "expression": "value.replace(\`Ã\`,`A`)",
    "onError": "keep-original",
    "repeat": false,
    "repeatCount": 10,
    "description": "Text transform on cells in column Limpar using expression
value.replace(\`Ã\`,`A`)"
  }
]
```

FONTE: Laboratório de Análise de Redes Sociais - LAR (2024).

Na sequência, foram eliminados os caracteres especiais (*script* ou comando direto). Os caracteres especiais são formados ponto e vírgula (;), dois pontos (:), asterisco (\*), entre outros (FIGURA 8).

FIGURA 8 – SCRIPT PARA ELIMINAR CARACTERES ESPECIAIS

```
[
  {
    "op": "core/text-transform",
    "engineConfig": {
      "facets": [],
      "mode": "record-based"
    },
    "columnName": "Limpar",
    "expression": "value.replace(/[^\p{L}\p{N}]/, \"\")",
    "onError": "keep-original",
    "repeat": false,
    "repeatCount": 10,
    "description": "Text transform on cells in column Limpar using expression
value.replace(/[^\p{L}\p{N}]/, \"\")"
  }
]
```

FONTE: Laboratório de Análise de Redes Sociais - LAR (2024).

Outras modificações realizadas nas frases incluíram a aplicação de *scripts* para unir os nomes compostos de Estados e Municípios. Esse procedimento foi adotado para preservar a integridade e significado dos nomes compostos, evitando que sejam separados e dificultem a compreensão. Por exemplo, o Estado de São Paulo, após a remoção da pontuação, pode perder a sua identidade. Com a aplicação do *script*, as palavras SÃO PAULO são unidas (SAO\_PAULO), facilitando a identificação do nome como pertencente a um estado ou cidade. Caso as palavras fossem separadas, por meio de outro *script*, haveria uma alteração no seu significado, como mostra a imagem abaixo nas figuras 9 e 10.

FIGURA 9 – *SCRIPT* PARA UNIR NOMES COMPOSTOS DE ESTADOS

```

{
  "op": "core/text-transform",
  "engineConfig": {
    "facets": [],
    "mode": "record-based"
  },
  "columnName": "Limpar",
  "expression": "value.replace(\"SÃO PAULO\", \"SÃO_PAULO\")",
  "onError": "keep-original",
  "repeat": false,
  "repeatCount": 10,
  "description": "Text transform on cells in column Limpar using expression
value.replace(\"SÃO PAULO\", \"SÃO_PAULO\")"
}

```

FONTE: Laboratório de Análise de Redes Sociais - LAR (2024).

FIGURA 10 – *SCRIPT* PARA UNIR NOMES COMPOSTOS DE MUNICÍPIOS

```

[
  {
    "op": "core/text-transform",
    "engineConfig": {
      "facets": [],
      "mode": "record-based"
    },
    "columnName": "Limpar",
    "expression": "value.replace(\"ALTA FLORESTA DO
OESTE\", \"ALTA_FLORESTA_DO_OESTE\")",
    "onError": "keep-original",
    "repeat": false,
    "repeatCount": 10,
    "description": "Text transform on cells in column Limpar using expression
value.replace(\"ALTA FLORESTA DO OESTE\", \"ALTA_FLORESTA_DO_OESTE\")"
  }
]

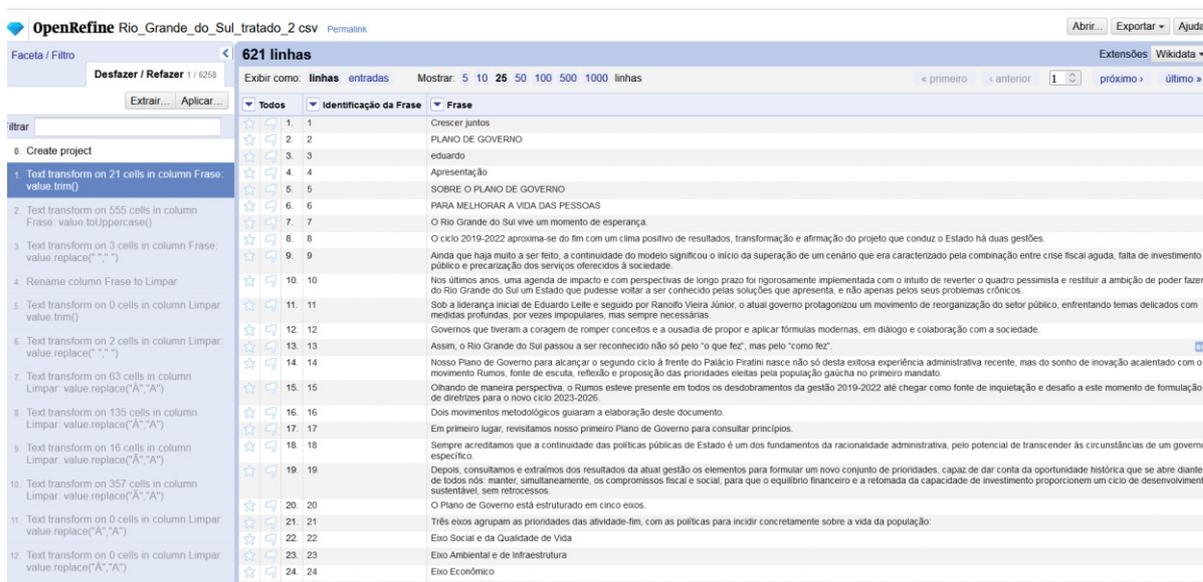
```

FONTE: Laboratório de Análise de Redes Sociais - LAR (2024).

Após a aplicação dos *scripts* referentes aos Estados e Municípios (FIGURA 11), o próximo passo consiste na execução do *script* para remoção das “*stop words*”. Esse procedimento envolve a exclusão de palavras que possuem pouco significado, tais como preposições, artigos e conjunções. A remoção dessas palavras contribui significativamente para

a eficiência das análises, uma vez que elas são irrelevantes para a pesquisa em questão (FIGURA 12).

FIGURA 11 – IMAGEM DE TELA *OPENREFINE* COM ID/FRASE



FONTE: A autora (2024).

FIGURA 12 – *SCRIPT* PARA REMOÇÃO DE *STOPWORDS*

```
[
  {
    "op": "core/text-transform",
    "engineConfig": {
      "facets": [],
      "mode": "record-based"
    },
    "columnName": "Limpar",
    "expression": "value.replace(\\b\\b/i,\\\"\\\")",
    "onError": "keep-original",
    "repeat": false,
    "repeatCount": 10,
    "description": "Text transform on cells in column Limpar using expression value.replace(\\b\\b/i,\\\"\\\")"
  }
]
```

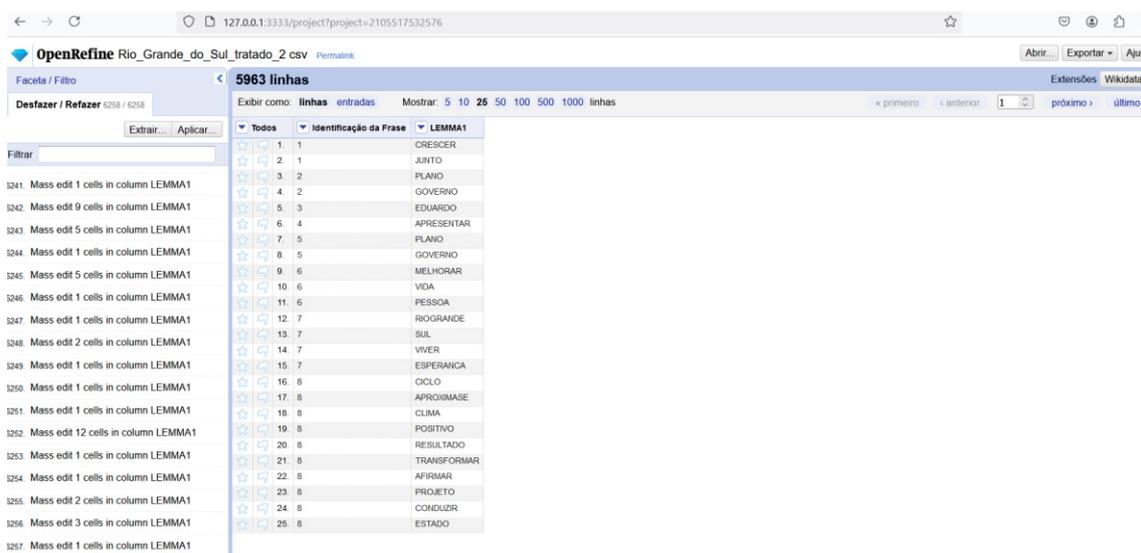
FONTE: Laboratório de Análise de Redes Sociais - LAR (2024).

Após a aplicação dos *scripts* de depuração de dados, o próximo passo consistiu na transformação das células que continham frases em múltiplos valores. Para isso, na coluna “Limpar”, foi selecionada a opção Editar células > Dividir células com múltiplos valores,

utilizando "espaço" como delimitador. Esse procedimento fez com que cada palavra separada por espaços fosse alocada em uma nova linha. Posteriormente, foi necessário preencher a coluna “identificação da frase”, selecionando Editar células > Preencher abaixo. Com isso, estabelece a relação de cada palavra ao número de identificação e a frase que elas pertencem.

Esse processo resultou em linhas vazias, especialmente quando havia mais de um espaço entre as palavras. Para tratar essas inconsistências, foram eliminadas as linhas com células em branco: aplicou-se a faceta de texto, foi até o final da lista, selecionou-se ‘blank’, e na coluna Todos, escolheu-se Editar linhas > Remover linhas que correspondem > excluir a seleção ‘blank’. Além disso, foi fundamental analisar e eliminar números indesejados. Na faceta de texto, ordenou-se por nome, selecionou-se ‘include’, e na coluna Todos, escolheu-se Editar linhas > Remover linhas que correspondem > excluir a seleção (FIGURA 13).

FIGURA 13 – IMAGEM DE TELA DO *OPENREFINE* APÓS APLICAÇÃO DE *SCRIPTS*



FONTE: A autora (2024).

Após a aplicação de todos os *scripts* mencionados anteriormente, as palavras foram submetidas a um último estágio de depuração no *Open Refine*. Neste processo, as palavras foram simplificadas, ou seja, reduzidas ao seu radical para adquirir um significado comum. Dessa forma, palavras que compartilham a mesma raiz e origem etimológica foram agrupadas, como, por exemplo: Agregar – Agregado – Agregação; Alimento – Alimentação; Aplicar – Aplicação. Adicionalmente, foram removidas palavras consideradas irrelevantes para a análise, tais como adjetivos numerais (três, meio), adjetivos (através, principalmente, inclusive, sobretudo), conjunções (portanto, conforme) e proposições (cuja, de, durante e mediante), entre

outras. Após a conclusão destes procedimentos de padronização dos dados no *software Open Refine* o arquivo foi exportado para uma planilha, onde foram realizados outros procedimentos de adequação e posteriormente, o arquivo foi salvo no formato .csv (*Comma-Separated Values*), para ser utilizado nas próximas análises no *software Gephi*.

A primeira etapa consistiu na elaboração de uma planilha de arestas, na qual a coluna anteriormente denominada como "Identificação da Frase" foi renomeada para 'Source' e a coluna denominada como "Frase" foi renomeada para 'Target'. Adicionalmente, foi incluída uma nova coluna denominada 'Type', preenchida com o termo 'Undirected', que indica o tipo de relação existente entre os nós (FIGURA 14).

FIGURA 14 – TABELA DE ARESTAS

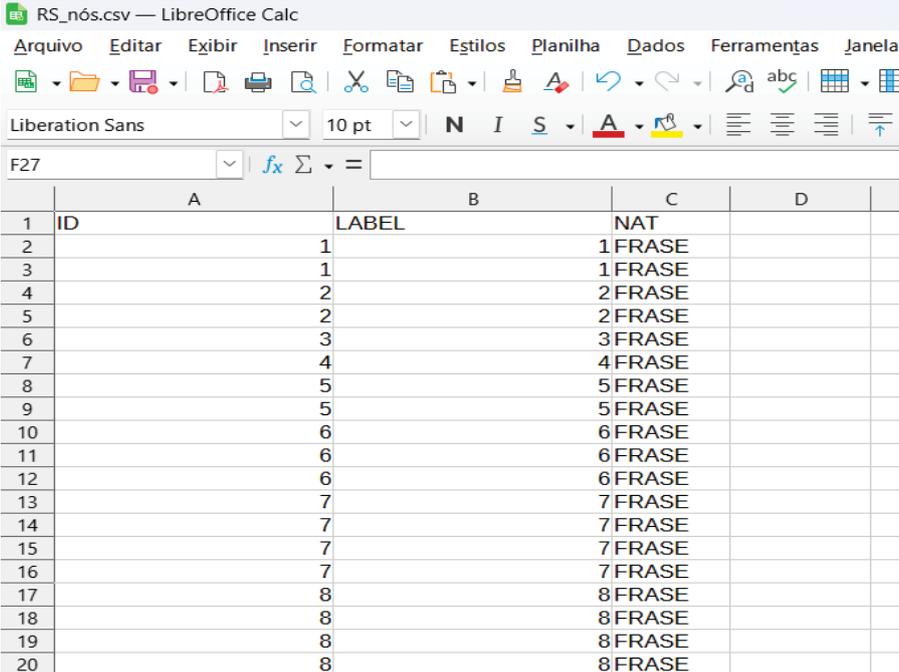
	A	B	C	D	E	F
1	SOURCE	TARGET	TYPE			
2		1 CRESCER	UNDIRECTED			
3		1 JUNTO	UNDIRECTED			
4		2 PLANO	UNDIRECTED			
5		2 GOVERNO	UNDIRECTED			
6		3 EDUARDO	UNDIRECTED			
7		4 APRESENTAR	UNDIRECTED			
8		5 PLANO	UNDIRECTED			
9		5 GOVERNO	UNDIRECTED			
10		6 MELHORAR	UNDIRECTED			
11		6 VIDA	UNDIRECTED			
12		6 PESSOA	UNDIRECTED			
13		7 RIOGRANDE	UNDIRECTED			
14		7 SUL	UNDIRECTED			
15		7 VIVER	UNDIRECTED			
16		7 ESPERANCA	UNDIRECTED			
17		8 CICLO	UNDIRECTED			
18		8 APROXIMASE	UNDIRECTED			
19		8 CLIMA	UNDIRECTED			
20		8 POSITIVO	UNDIRECTED			
21		8 RESULTADO	UNDIRECTED			
22		8 TRANSFORMAR	UNDIRECTED			

FONTE: A autora (2024).

Esse procedimento foi realizado em cada uma das 10 Unidades Federativas selecionadas, bem como em três agrupamentos diferentes. O primeiro agrupamento consistiu em todas as Unidades da Federação, o segundo agrupamento foi composto pelas cinco UFs com maiores valores de PIB, e o terceiro agrupamento pelas cinco UFs com menores valores.

Posteriormente, foi criada uma planilha de nós, na qual a coluna anteriormente denominada como "Identificação da Frase" foi renomeada para 'ID' e a coluna denominada como "Frase" foi renomeada para 'Label'. Também foi acrescentada uma nova coluna denominada 'Nat', preenchida com as palavras 'Frase' para identificar as frases e 'Palavra' para as palavras (FIGURA 15 e 16).

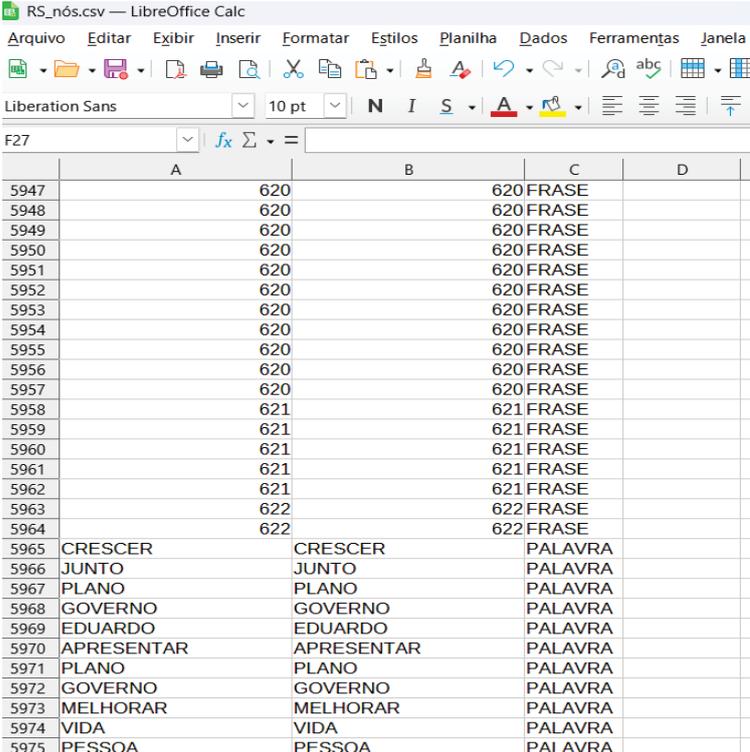
FIGURA 15 – TABELA DE NÓS



	A	B	C	D
1	ID	LABEL	NAT	
2		1	1 FRASE	
3		1	1 FRASE	
4		2	2 FRASE	
5		2	2 FRASE	
6		3	3 FRASE	
7		4	4 FRASE	
8		5	5 FRASE	
9		5	5 FRASE	
10		6	6 FRASE	
11		6	6 FRASE	
12		6	6 FRASE	
13		7	7 FRASE	
14		7	7 FRASE	
15		7	7 FRASE	
16		7	7 FRASE	
17		8	8 FRASE	
18		8	8 FRASE	
19		8	8 FRASE	
20		8	8 FRASE	

FONTE: A autora (2024).

FIGURA 16 – TABELA DE NÓS



	A	B	C	D
5947		620	620 FRASE	
5948		620	620 FRASE	
5949		620	620 FRASE	
5950		620	620 FRASE	
5951		620	620 FRASE	
5952		620	620 FRASE	
5953		620	620 FRASE	
5954		620	620 FRASE	
5955		620	620 FRASE	
5956		620	620 FRASE	
5957		620	620 FRASE	
5958		621	621 FRASE	
5959		621	621 FRASE	
5960		621	621 FRASE	
5961		621	621 FRASE	
5962		621	621 FRASE	
5963		622	622 FRASE	
5964		622	622 FRASE	
5965	CRESCER	CRESCER	PALAVRA	
5966	JUNTO	JUNTO	PALAVRA	
5967	PLANO	PLANO	PALAVRA	
5968	GOVERNO	GOVERNO	PALAVRA	
5969	EDUARDO	EDUARDO	PALAVRA	
5970	APRESENTAR	APRESENTAR	PALAVRA	
5971	PLANO	PLANO	PALAVRA	
5972	GOVERNO	GOVERNO	PALAVRA	
5973	MELHORAR	MELHORAR	PALAVRA	
5974	VIDA	VIDA	PALAVRA	
5975	PESSOA	PESSOA	PALAVRA	

FONTE: A autora (2024).

Em seguida, as planilhas de arestas e nós foram importadas para o *software Gephi*, a fim de realizar as análises e visualizações necessárias. Este procedimento permitiu a organização e interpretação dos dados de forma eficiente e sistemática.

O grafo produzido pela rede geral dos Programas de Governo de Todas as Unidades Federativas, está representado na figura 17 com todos os vínculos entre as frases e palavras, sendo que as palavras foram destacadas no grafo (pontos em cor rosas) e as frases a que essas palavras estão conectadas (pontos em cor verde).

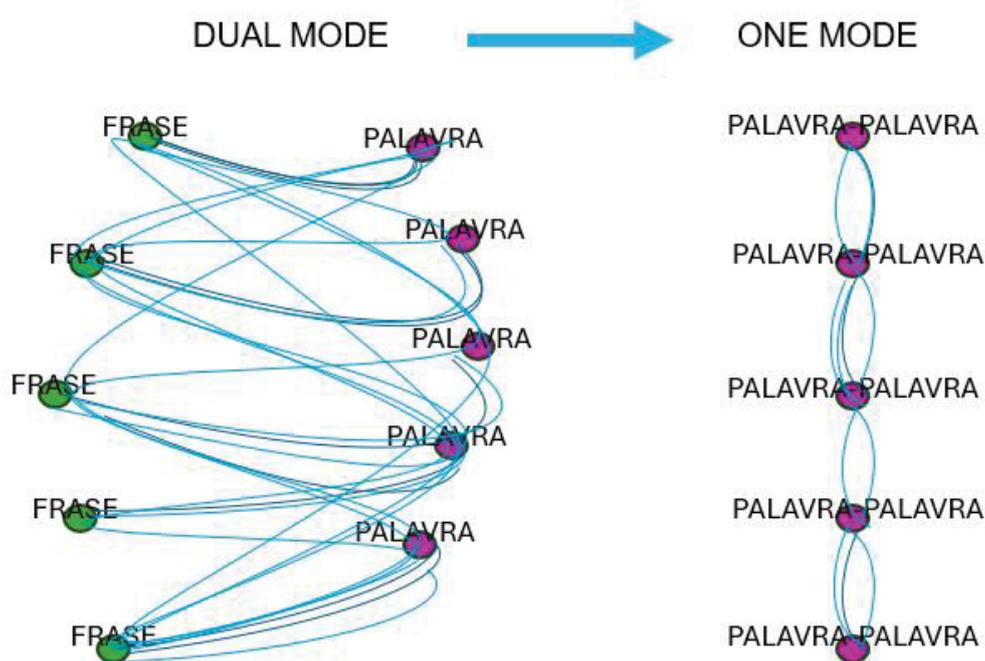


excluir os quatro componentes isolados componentes pouco expressivos para análise, afinal de contas, o que importa para análise de redes é a conectividade.

O primeiro passo para as novas análises, foi transformar a rede bipartida (*dual mode*) em uma rede monopartida (*one mode*), ou seja, converter a relação FRASE-PALAVRA, conforme destacado na imagem, em uma relação PALAVRA-PALAVRA (Silva e Silva, 2016).

“A conversão para *one mode* apresenta analogia com o caso fictício de primos que vêm a se conhecer no velório de um tio. Eles sempre foram primos, porém nunca se conheceram ou nem sabiam um da existência do outro. O elo entre eles era um tio em comum. Com o falecimento do tio (supressão do nó “tio”) ambos os primos comparecem ao velório e, ao se conhecerem, desvendada uma relação de parentesco até então ignorada ou oculta. Esse tipo de metarrelação é explicitada na análise de redes pelo recurso de conversão *dual mode /one mode*”. (Gears, 2017, p. 42).

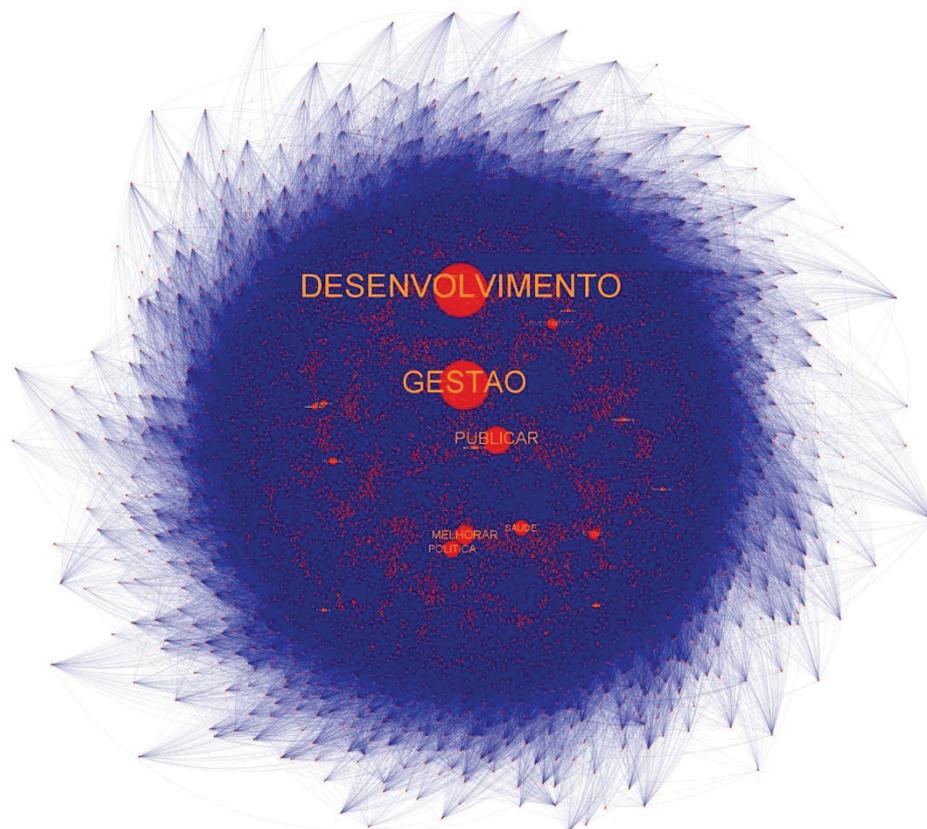
FIGURA 18 – CONVERSÃO *DUAL MODE/ONE MODE*



FONTE: Adaptado (Gears, 2017, p. 43).

No grafo anterior (FIGURA 17) a rede geral formada por PALAVRA-FRASE havia 9.122 nós e 58.363 arestas, com a conversão para uma rede unimodal PALAVRA-PALAVRA, a nova rede ficou configurada com um total de 6.874 nós e 996.460 arestas. (FIGURA19).

FIGURA 19 – GRAFO DE REDE UNIMODAL – TODAS AS UNIDADES FEDERATIVAS  
(DISTRIBUIÇÃO YIFAN HU)



FONTE: A autora (2025).

## 5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

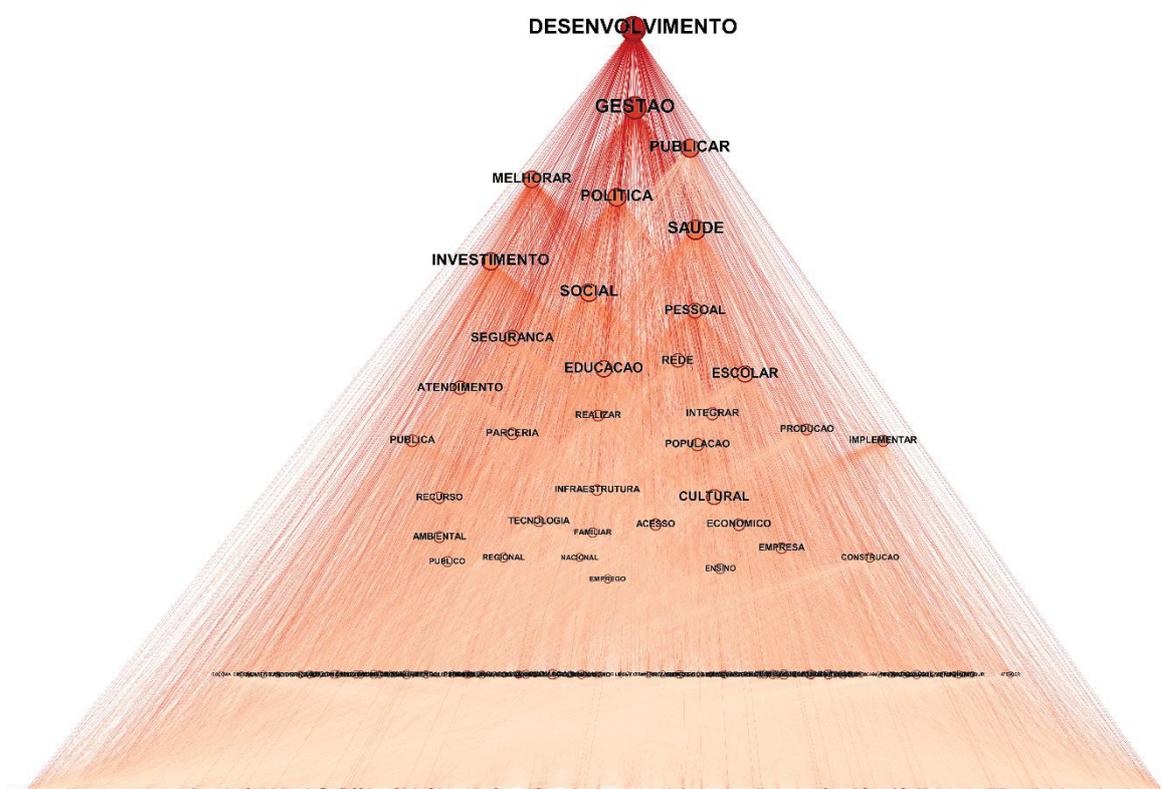
Para a análise dos padrões de interconexão na rede, foram realizados cálculos de Análise de Redes Sociais (ARE). Esses cálculos incluíram a determinação da centralidade de grau (*degree*), medida básica para avaliar a centralidade dos nós na rede, o grau ponderado médio, que leva em consideração a intensidade dos relacionamentos entre os nós e a centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) que mede o quanto cada nó exerce a função de mediador dos caminhos existentes na rede, ou seja, é a métrica mais significativa a ser considerada, pois mais importante que você ter muitos amigos, é você ser aquela pessoa que está no meio de todos.

Essa abordagem analítica permitiu identificar quais palavras se destacam dentro da rede, revelando as que possuem um maior número de conexões e, também, aquelas que mais conectam outras palavras na rede, conseqüentemente, aquelas que apresentam, portanto, uma maior relevância dentro do contexto analisado. Por meio desses cálculos, foi possível observar a importância e a influência das palavras na rede, contribuindo para uma análise mais detalhada e abrangente dos relacionamentos estabelecidos entre elas.

### 5.1 PROGRAMAS DE GOVERNO – TODAS UF

O grafo de rede unimodal, formado pelos programas de governo das unidades federativas (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima), exibe as palavras com maior grau de centralidade de intermediação, o que possibilita a identificação das relações dessas palavras com outras palavras. Essa análise permite compreender a participação da temática da sustentabilidade na composição dos programas de governo dos candidatos nas eleições de 2022 (FIGURA 20).

FIGURA 20 – GRAFO DE REDE UNIMODAL – TODAS AS UNIDADES FEDERATIVAS  
(DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)



FONTE: A autora (2025).

A partir da análise da centralidade de intermediação na rede de nós representada pelos programas de governo das eleições de 2022, foi possível identificar as palavras mais centrais. Dos 6.874 nós formados pela rede de palavras, foi realizado um recorte destacando as 50 palavras com maior grau de centralidade (APÊNDICE 2). Dentre essas, as 10 palavras que mais se destacam por sua centralidade são: Desenvolvimento, Gestão, Publicar, Melhorar, Política, Saúde, Investimento, Social, Pessoal e Segurança. Nota-se que a palavra ‘Desenvolvimento’, ocupa a 1ª posição no *ranking*, ou seja, a palavra a mais central da rede, evidenciando sua relevância nos programas de governo das 10 unidades federativas analisadas. Um ponto importante a ser ressaltado é a presença da palavra ‘Sustentável’ na 48ª posição, o que demonstra que temas como desenvolvimento e sustentabilidade não apenas estão presentes, mas também ocupam um espaço central nos programas de governo (TABELA 1).

TABELA 1 – RANKING DAS PALAVRAS – TODAS UFS (NÓS)

	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>4534</b>	<b>32099</b>	<b>0,026262</b>
2	GESTAO	4036	27248	0,020664
3	PUBLICAR	3831	23505	0,016911
4	MELHORAR	3861	22778	0,015925
5	POLITICA	4013	25597	0,015404
6	SAUDE	3875	28070	0,015063
7	INVESTIMENTO	3877	24971	0,013289
8	SOCIAL	3819	25021	0,013263
9	PESSOAL	3608	19065	0,011846
10	SEGURANCA	3559	21143	0,010952
48	<b>SUSTENTAVEL</b>	<b>2535</b>	<b>9015</b>	<b>0,003968</b>

FONTE: A autora (2024).

Tão ou mais importante que o ranqueamento dos termos, faz-se necessário identificar os relacionamentos mais frequentes entre eles. No APÊNDICE 3, são apresentados os 50 vínculos mais significativos estabelecidos entre as palavras (origem/destino) a partir do peso das arestas que determina a intensidade do relacionamento entre essas palavras, dentre essas, os 10 relacionamentos mais fortes são: Educação → Escolar; Social → Desenvolvimento; Política → Desenvolvimento; Desenvolvimento → Educação; Desenvolvimento → Saúde; Gestão → Desenvolvimento; Investimento → Desenvolvimento; Social → Saúde; Desenvolvimento → Econômico; e Política → Publicar.

Na tabela 2, a díade formada pelas palavras ‘Desenvolvimento Sustentável’ encontra-se na posição 63, outras díades formadas a partir das palavras Desenvolvimento e Sustentabilidade aparecem na tabela até a díade de posição 2.000, o que expressa uma posição importante componente de menos 1% na pirâmide de díades composta por 996.460 arestas. Destaque-se que as díades Desenvolvimento → Educação e Desenvolvimento → Saúde, na condição de variáveis fundamentais da sustentabilidade e componentes centrais dos ODS, ocupam uma posição levemente superior à díade Desenvolvimento → Econômico. Tais resultados contrariam, a princípio, a hipótese assumida na exploração preliminar dos dados, qual seja, de que a temática da sustentabilidade (os ODS) participa de forma periférica nos programas de governo da maior parte dos candidatos enquanto compõe o núcleo do programa de governo de uma reduzida parcela de candidatos.

TABELA 2 – RELACIONAMENTOS PALAVRA-PALAVRA – TODAS UFS (ARESTAS)

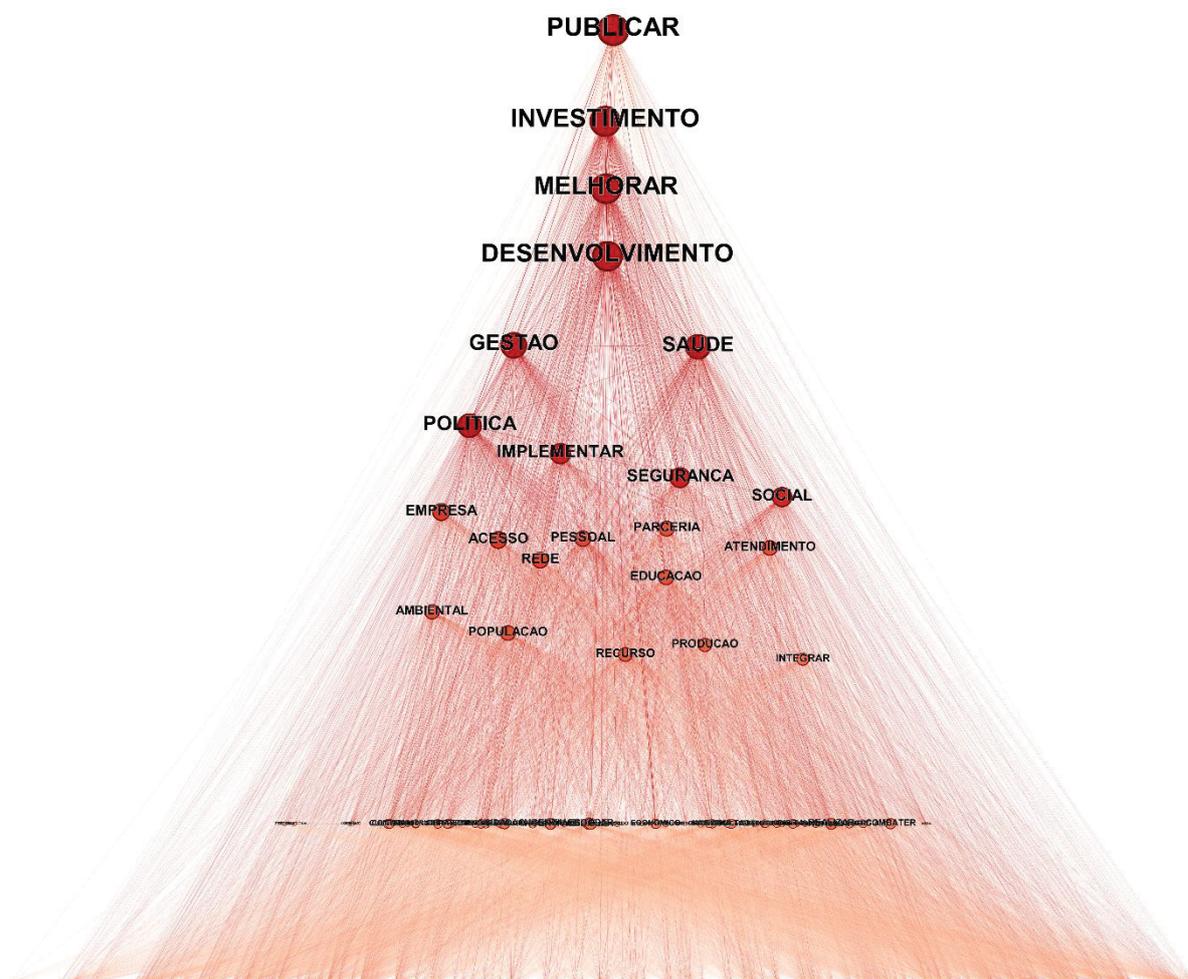
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
4	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	231
5	DESENVOLVIMENTO	SAUDE	228
9	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	218
31	DESENVOLVIMENTO	CULTURAL	171
38	DESENVOLVIMENTO	SEGURANCA	164
40	DESENVOLVIMENTO	PUBLICAR	162
50	DESENVOLVIMENTO	ESCOLAR	153
<b>63</b>	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>SUSTENTAVEL</b>	<b>139</b>
77	DESENVOLVIMENTO	INTEGRAR	133
83	DESENVOLVIMENTO	PARCERIA	130
517	SUSTENTAVEL	EDUCACAO	62
558	SUSTENTAVEL	ECONOMICO	60
621	SUSTENTAVEL	SAUDE	57
916	SUSTENTAVEL	PUBLICAR	48
1025	SUSTENTAVEL	CULTURAL	46
1069	SUSTENTAVEL	SEGURANCA	45
1376	SUSTENTAVEL	ESCOLAR	40
1540	SUSTENTAVEL	ATENDIMENTO	38
1737	SUSTENTAVEL	AMBIENTAL	36
1968	SUSTENTAVEL	REDE	34

FONTE: A autora (2024).

## 5.2 PROGRAMAS DE GOVERNO – UNIDADES FEDERATIVAS MAIOR/PIB

A rede geral das UF de maior PIB formada por palavra-frase contém 7.639 nós e 35.652 arestas. A conversão para uma rede unimodal palavra-palavra, produziu uma nova rede que ficou configurada com um total de 5.391 nós e 388.425 arestas. (FIGURA 21).

FIGURA 21 – GRAFO DE REDE UNIMODAL – UNIDADES FEDERATIVAS MAIOR/PIB  
(DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)



FONTE: A autora (2025).

A análise do agrupamento das unidades federativas com maior PIB/2021 (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná) revela que as palavras com maior centralidade na rede são aquelas relacionadas a questões como (gestão)pública, investimento, melhoria, desenvolvimento, gestão, saúde, política, implementação, segurança e social. É interessante notar que a palavra "sustentável" ocupa a 41ª posição no *ranking* de centralidade de intermediação dos 5.391 nós da rede, o que evidencia que o termo "sustentável" ocupa uma posição relativamente central nos planos de governo dessas unidades federativas (TABELA 3).

TABELA 3 – *RANKING* DAS PALAVRAS – MAIOR PIB/2021 (NÓS)

	<b>Palavra</b>	<b>Grau</b>	<b>Grau Ponderado</b>	<b>Centralidade de Intermediação</b>
1	PUBLICAR	2344	7684	0,029587
2	INVESTIMENTO	2419	9080	0,025632
3	MELHORAR	2271	7512	0,024978
4	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>2311</b>	<b>8212</b>	<b>0,024641</b>
5	GESTAO	2001	6355	0,018361
6	SAUDE	2074	7601	0,017355
7	POLITICA	2059	7068	0,016428
8	IMPLEMENTAR	1750	4169	0,013497
9	SEGURANCA	1881	5726	0,013055
10	SOCIAL	1828	5525	0,012586
41	<b>SUSTENTAVEL</b>	<b>1346</b>	<b>2982</b>	<b>0,005191</b>

FONTE: A autora (2024).

Tal qual afirmado anteriormente, tão ou mais importante que o ranqueamento dos termos, faz-se necessário identificar os relacionamentos mais frequentes entre eles. No APÊNDICE 3, são identificadas as díades mais evidentes na tabela de arestas, destacando-se conexões como Política → Publicar; Investimento → Desenvolvimento; Melhorar → Investimento; Desenvolvimento → Econômico, entre outras díades de relevância na rede. Notavelmente, a díade formada pelas palavras Desenvolvimento e Sustentabilidade ocupa a 8ª posição no *ranking* de interconexões (TABELA 4). Este resultado evidencia a importância da relação entre os conceitos de Desenvolvimento e Sustentabilidade dentro da rede analisada. Vale destacar que o termo publicar na díade “Política → Publicar”, refere-se ao radical de “pública” obtido pela lemantização da palavra pública na expressão “política pública”.

TABELA 4 - RELACIONAMENTOS PALAVRA-PALAVRA – MAIOR PIB/2021 (ARESTAS)

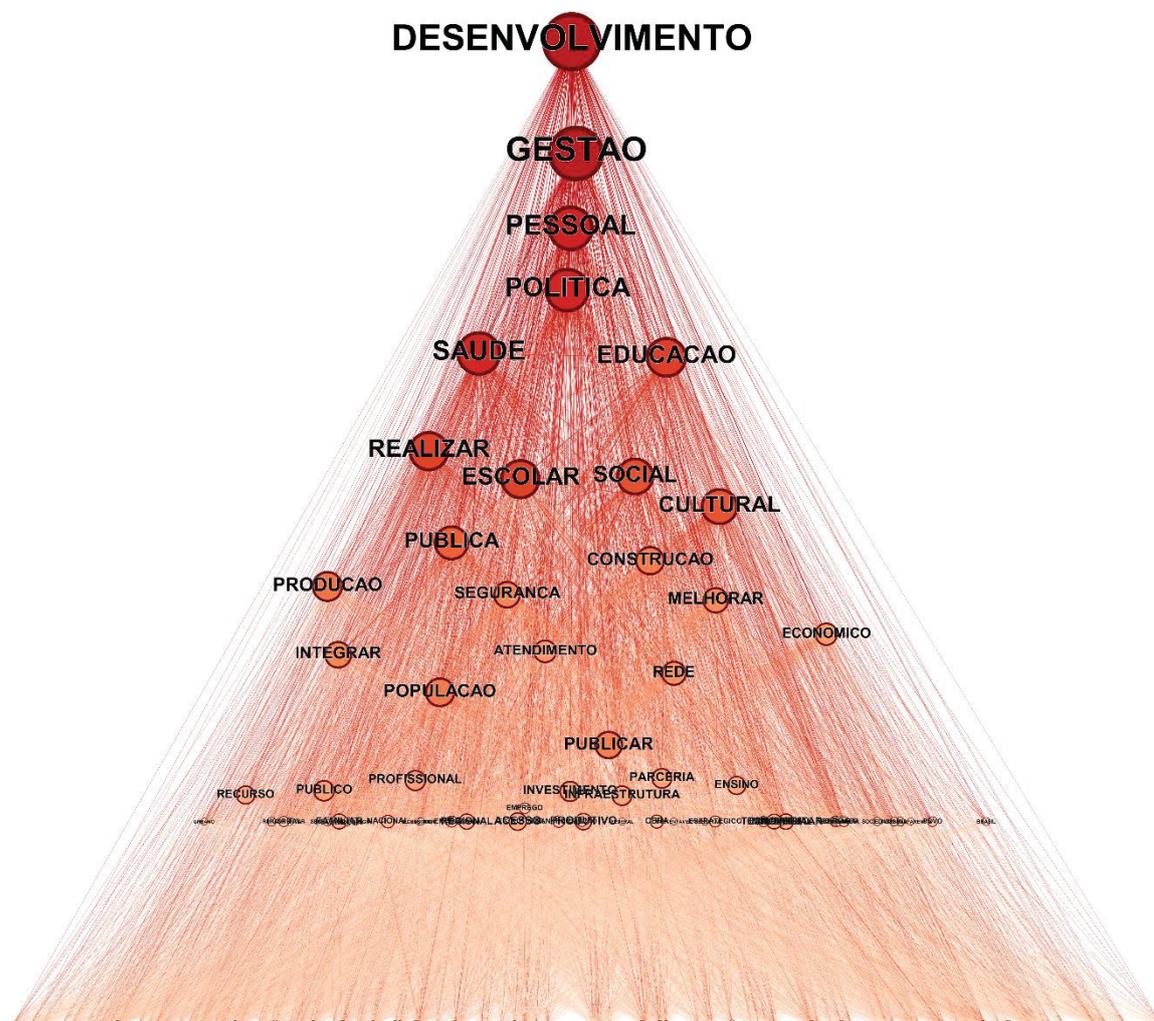
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
4	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	75
<b>8</b>	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>SUSTENTAVEL</b>	<b>65</b>
10	DESENVOLVIMENTO	SAUDE	63
39	DESENVOLVIMENTO	PUBLICAR	43
40	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	42
50	DESENVOLVIMENTO	SEGURANCA	39
54	DESENVOLVIMENTO	PARCERIA	38
62	DESENVOLVIMENTO	REGIONAL	36
63	DESENVOLVIMENTO	ESCOLAR	36
64	DESENVOLVIMENTO	TECNOLOGIA	36
255	SUSTENTAVEL	ECONOMICO	23
569	SUSTENTAVEL	AMBIENTAL	17
571	SUSTENTAVEL	ENERGIA	17
571	SUSTENTAVEL	PUBLICAR	17
656	SUSTENTAVEL	SAUDE	16
773	SUSTENTAVEL	REGIONAL	15
908	SUSTENTAVEL	ATENDIMENTO	14
1350	SUSTENTAVEL	RECURSO	12
1351	SUSTENTAVEL	NACIONAL	12
1672	SUSTENTAVEL	ECONOMIA	11

FONTE: A autora (2024).

### 5.3 PROGRAMAS DE GOVERNO - UNIDADES FEDERATIVAS MENOR/PIB

Para análise do segundo grupo dos programas de governo foi realizada a conversão de rede bimodal (*dual mode*) em rede unimodal (*one mode*) do agrupamento dos programas de governo das unidades federativas de menor/PIB (Sergipe, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima). A conversão resultou em 4.080 palavras conectadas por 308.515 arestas (FIGURA 22).

FIGURA 22 – GRAFO DE REDE UNIMODAL – UNIDADES FEDERATIVAS MENOR/PIB  
(DISTRIBUIÇÃO *NETWORK SPLITTER 3D*)



FONTE: A autora (2025).

Das 4.080 palavras (nós) que estabelecem as conexões com outras palavras da rede, foram selecionadas as 50 palavras com maior centralidade de intermediação, APÊNDICE 2, dessas as 10 palavras que mais se destacam na rede são: Desenvolvimento, Gestão, Pessoal, Política, Saúde, Educação, Realizar, Escolar, Social e Cultura, conforme destacado no grafo de rede unimodal, figura 24. A palavra Sustentável ou Sustentabilidade aparece na 67ª posição (TABELA 5).

TABELA 5 *RANKING* DAS PALAVRAS – MENOR PIB/2021 (NÓS)

	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>2262</b>	<b>9483</b>	<b>0,03562</b>
2	GESTAO	2116	8433	0,028798
3	PESSOAL	1891	5962	0,020935
4	POLITICA	1947	6569	0,020398
5	SAUDE	1874	7405	0,020178
6	EDUCACAO	1833	7579	0,018112
7	REALIZAR	1757	4944	0,017717
8	ESCOLAR	1777	7205	0,017618
9	SOCIAL	1873	7776	0,016428
10	CULTURAL	1655	5883	0,016087
<b>67</b>	<b>SUSTENTAVEL</b>	<b>964</b>	<b>2028</b>	<b>0,003123</b>

FONTE: A autora (2024).

No APÊNDICE 3, são identificadas as 50 díades mais evidentes na tabela de arestas, destacando-se conexões como Educação → Escolar; Social → Assistência; Desenvolvimento → Educação; Desenvolvimento → Social, entre outras díades de relevância na rede. A díade formada pelas palavras Desenvolvimento e Sustentável ocupa a 106ª posição no *ranking* de interconexões dentre outras conexões ligadas as palavras Desenvolvimento e Sustentável (TABELA 6).

TABELA 6 – RELACIONAMENTOS PALAVRA-PALAVRA – MENOR PIB/2021 (ARESTAS)

	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
3	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	97
4	DESENVOLVIMENTO	SOCIAL	92
6	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	88
9	DESENVOLVIMENTO	GESTAO	80
11	DESENVOLVIMENTO	POLITICA	76
17	DESENVOLVIMENTO	SAUDE	68
25	DESENVOLVIMENTO	CULTURAL	60
38	DESENVOLVIMENTO	PESSOAL	54
46	DESENVOLVIMENTO	PUBLICA	51
50	DESENVOLVIMENTO	INTEGRAR	50
<b>106</b>	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>SUSTENTAVEL</b>	<b>39</b>
357	SUSTENTAVEL	GESTAO	25
1146	SUSTENTAVEL	REDE	15
1343	SUSTENTAVEL	SAUDE	14
1344	SUSTENTAVEL	POPULACAO	14
1570	SUSTENTAVEL	PUBLICA	13
1571	SUSTENTAVEL	POLITICA	13
1572	SUSTENTAVEL	SEGURANCA	13
1573	SUSTENTAVEL	TURISMO	13
1574	SUSTENTAVEL	INDIGENA	13
1837	SUSTENTAVEL	TECNOLOGIA	12

FONTE: A autora (2024).

A posição 106 no ranqueamento da díade Desenvolvimento – Sustentável na rede das UFs com menor PIB contrasta significativamente com a 8ª posição ocupada pela mesma díade na rede das UFs com maior PIB. Indicativamente, a temática da sustentabilidade, especificamente, tem um potencial maior de realização nos estados com maior PIB. De toda forma, a análise de redes realizada nos programas de governo, tanto a partir da união de todas as unidades federativas quanto dos agrupamentos realizados com as unidades com maior e menor valor de PIB, revela a presença significativa dos temas "Desenvolvimento e Sustentabilidade", ressalvados as diferenças entre os grupos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo estabelecido para a investigação foi analisar a abordagem e a incorporação da temática da sustentabilidade nos programas de governo dos candidatos eleitos ao cargo de Governador de Estado, nas eleições de 2022 no Brasil. A hipótese assumida para os trabalhos foi que a temática da sustentabilidade (os ODS) participa de forma periférica nos programas de governo da maior parte dos candidatos enquanto compõe o núcleo do programa de governo de uma reduzida parcela de candidatos.

Os trabalhos foram desenvolvidos de acordo com a metodologia adotada inicialmente, com alguns ajustes necessários próprios de todo trabalho de investigação acadêmica, tal como, a delimitação do conjunto dos Programas de Governo a serem analisados. Para isso, foi realizada a leitura de todos os programas de governo, e percebeu-se uma relativa saturação de formulações agregadas em torno da expressão econômica, nos programas dos “maiores” e “menores” estados. Essa constatação, pode ser interpretada com base na teoria de Ronald Inglehart, “Mudança de Valores”, que distingue entre valores materialistas e pós materialistas. A predominância de temas econômicos nos programas de governo dos estados analisados, sugere que as preocupações materialistas ainda dominam a agenda política. Assim, adotou-se como critério o Produto Interno Bruto (PIB) de cada Unidade Federativa no ano de 2021. A escolha recaiu sobre os quintis extremos, selecionando cinco estados com maiores valores de PIB e cinco com menores valores. Esta seleção cumpriu o papel de saturação possibilitando a generalização de seus resultados para as 27 unidades federativas.

Os resultados obtidos na exploração da rede completa com os programas de todas as UFs indicaram preliminarmente que a hipótese assumida para o trabalho seria superada, visto que, as díades formadas a partir das palavras Desenvolvimento e Sustentabilidade compõem o núcleo de 1% na pirâmide de díades formadas por 996.460 arestas, com destaque para as díades Desenvolvimento → Educação e Desenvolvimento → Saúde, na condição de variáveis fundamentais da sustentabilidade e componentes centrais dos ODS, ocupando uma posição levemente superior à díade Desenvolvimento → Econômico.

Os resultados obtidos na exploração da rede com os programas das cinco UFs com maior PIB - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, revelam a importância da relação entre os conceitos de Desenvolvimento e Sustentabilidade, visto que, entre as conexões formadas pelas díades mais relevantes da rede, a díade formada pelas palavras Desenvolvimento e Sustentabilidade ocupa a 8ª posição no *ranking* de interconexões.

Os resultados obtidos na exploração da rede com os programas das cinco UFs com

menor PIB - Sergipe, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima, revelam um contraste em comparação a análise realizada nas UFs com maior PIB. Pois, a díade formada pelas palavras Desenvolvimento e Sustentabilidade ocupa a 106ª posição no *ranking* de interconexões.

Essa diferença alinha-se à proposta teórica de Ronald Inglehart, que sugere que, à medida que as sociedades se tornam mais seguras e prósperas, as prioridades das pessoas mudam de necessidades básicas, como segurança material e sobrevivência, para valores de autoexpressão e realização pessoal, há uma pressão crescente para a incorporação de valores pós-materialistas, que priorizam questões sociais e ambientais. Nas UFs com maior PIB, a posição em destaque da díade “Desenvolvimento e Sustentabilidade” sugere que essas unidades federativas, já cumpriram com as necessidades básicas de suas populações. Por outro lado, as UFs com menor PIB, as preocupações estão voltadas as necessidades básicas da população, onde a segurança material e a sobrevivência são a prioridade principal.

Em função dos resultados obtidos nas explorações realizadas nos planos de governo dos candidatos eleitos nas eleições de 2022, tanto com todas as UFs quanto com as de maior e menor PIB, evidenciam que os temas relacionados ao “desenvolvimento Sustentável”, compõem os programas de governo, portanto, concluímos pela necessidade de revisar a hipótese inicial dos trabalhos no sentido de que os programas de governo apresentam um panorama favorável à promoção de "Desenvolvimento" e "Sustentabilidade", mostrando que, mesmo com diferentes ênfases e abordagens, ambos os temas estão sendo considerados nas agendas políticas das unidades federativas.

O trabalho realizado e os resultados obtidos se estabelecem como ponto de partida para futuras investigações através do uso metodológico da análise de redes sociais (ARS), com objetivo de examinar de forma mais rigorosa se as promessas feitas nos programas de governo realmente se materializam no Plano Plurianual (PPA), através de outras explorações temáticas e modulares. Analisar o perfil dos governadores eleitos, explorando se eles compartilham a mesma ideologia, a quais partidos ou grupos esses atores pertencem e qual o posicionamento desses atores diante dessas políticas. Essa abordagem não apenas possibilitará uma avaliação crítica do cumprimento das metas estabelecidas, mas também fornecerá subsídios para identificar lacunas, desafios e oportunidades para a efetivação das políticas públicas.

## 7. REFERÊNCIAS

DE ASSIS, I. L. Representação feminina e financiamento de campanhas: histórico recente e novas perspectivas à luz da reforma eleitoral de 2015. **Revista de Ciências do Estado**, v. 2, n. 2, 2017.

BARA, J. A Question of Trust: Implementing Party Manifestos. *Parliamentary Affairs*, v. 58, n. 3, p. 585–599, 1 jul. 2005.

BARROS, A. T. D. A governança ambiental nos planos de governo dos presidencialistas nas eleições de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 181–216, ago. 2017.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento E Meio Ambiente: as Estratégias De Mudanças Da Agenda 21**. 7. ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2005.

BDRESEARCH12. **Programas de governo eleições 2022**. Kaggle, 2025. Disponível em: <<https://www.kaggle.com/datasets/bdresearch12/programas-de-governo-eleies-2022/settings>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BLONDEL, Vincent D. et al. **Fast unfolding of communities in large networks**. **Journal of statistical mechanics: theory and experiment**, v. 2008, n. 10, p. P10008, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 4.737 de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. 1965. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4737compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737compilado.htm). Acesso em: 06 jan. 2024.

BRASIL. **Lei 6.767 de 20 de dezembro de 1979**. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/16767.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16767.htm). Acesso em: 06 jan. 2024.

BRASIL. **Lei 9.504 de 30 de setembro 1997**: Estabelece normas para as eleições. 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm). Acesso em: 06 jan. 2024.

BRASIL. **Lei 12.034 de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm). Acesso em: 06 jan. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: eleição geral federal 2022**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BUENO, A. A. M.; JUNCKES, I. J. Dinheiro, Democracia e a (sub) Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 E 2016 no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 11, n. 2, 2021.

BRÜMMER, S. Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente. **Revista Jus Navegandi**, Teresina, v. 2, 2010.

CAMARGO, N. F. **Redes de financiamento eleitoral em 2014 e 2018: efeitos da proibição de doações empresariais**. [S.l.]: Universidade federal do Paraná, 2020.

CARVALHO, D. N. G. DE. **A incorporação das premissas de desenvolvimento sustentável ao planejamento governamental brasileiro – O plano plurianual (PPA)**. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Ministério da Saúde. **RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016**. 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DESCHAMPS, J. P. et al. Dinheiro e sucesso eleitoral em 2008, 2012 e 2016 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 3, p. 736–756, 2021.

DINIZ, S.; OLIVEIRA, L. Programas de governo e promessas de campanha. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2020.

DIAS, E. DOS S. Os (Des) Encontros Internacionais sobre Meio Ambiente: Da Conferência de Estocolmo à Rio+20 - Expectativas e Contradições. v. 1, n. 39, p. 06–33, 2017.

GEARA, L. E. O investimento eleitoral e as elites político-empresariais nas comissões da câmara dos deputados em 2016. **Universidade Federal do Paraná. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49361>**, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. F.; FERREIRA, L. J. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155–178, 3 dez. 2018.

GURSKI, B.; GONZAGA, R.; TENDOLINI, P. **Conferência de Estocolmo: Um Marco na Questão Ambiental**. *Administração de Empresas em Revistas*, v. 1, n. 7, p. 65–79, 2012.

HAMANN, A. L. **A violência contra a mulher e a produção acadêmica no Brasil: uma investigação da temática nas teses e dissertações defendidas no país entre 2013 e 2017**. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável: Universidade Federal do Paraná, 2019.

HARMEL, R. The how's and why's of party manifestos: Some guidance for a cross-national research agenda. **Party Politics**, v. 24, n. 3, p. 229–239, maio 2018.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. Brasília: **Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública**, 2018.

HOFFERBERT, R. I.; BUDGE, I. The Party Mandate and the Westminster Model: Election Programmes and Government Spending in Britain, 1948–85. **British Journal of Political Science**, v. 22, n. 2, p. 151–182, abr. 1992.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto – PIB de 2021 das Unidades da Federação brasileira**. Brasil. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20do%20Brasil%20em%202023%20foi%20de%EE%80%80%20R\\$%2010,9%20trilh%C3%B5es,%EE%80%81.>](https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20do%20Brasil%20em%202023%20foi%20de%EE%80%80%20R$%2010,9%20trilh%C3%B5es,%EE%80%81.>)> Acesso em: 06 jan. 2024.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

LAGO, A. A. C. DO. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MANIN, B. AS METAMORFOSES DO GOVERNO REPRESENTATIVO (\*). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 05–34, 1995.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Eleições e representação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 105–138, 2006.

MOTA, J. A. et al. **Trajatória da Governança Ambiental**. p. 11–20, 2008.

Nações Unidas Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ONU, P. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Ambientalmente sustentável**, v. 25, n. 1, p. 171–190, 1 jan. 2018.

QUIRINO, F. A. **Propostas eleitorais podem influenciar a formação de políticas públicas?** Análise dos programas de governo dos presidentes que foram ao segundo turno nas eleições de 2010 a 2018. 2022.

RAMIRO, R. C. As Agendas ODS no Plano Plurianual 2016-2019. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 28, p. 47–56, 12 abr. 2021.

ROCHA, A.; MIRANZI, H. N. F. **A Responsabilidade Social dos Partidos Políticos Para a Sustentabilidade do Regime Democrático**. v. 38, 2018.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, ed. 3, 2020.

SILVA, E. A.; SILVA, J. M. Ofício, engenho e arte: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos. **Revista latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 132-154, 2016.

SILVA, E. R. A. DA C. **Agenda 2030: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**., 2018.

SILVA, C. H. R. T. Rio+20: **Avaliação Preliminar de Resultados e Perspectivas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. 2021.

SOUSA, Priscila. **Partido político - O que é, história, estrutura, tipos e funções**. 2023. Disponível em: <https://conceito.de/partido-politico>. Acesso em: 02 abr. 2024.

THOMSON, R. The programme to policy linkage: The fulfilment of election pledges on socio-economic policy in The Netherlands, 1986–1998. **European Journal of Political Research**, v. 40, n. 2, p. 171–197, out. 2001.

TRAJANO, S. DA S.; MARQUES, A. A. V.; MARQUESAN, F. F. S. O discurso da sustentabilidade nos planos de governo dos presidentes de 2014 no Brasil. **Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**., XIX. Anais, 2017.

VIZONÁ, A. DISCURSOS ELEITORAIS DE PT E PSDB NOS PROGRAMAS DE GOVERNO E DEBATES TELEVISIVOS: ideologia, estratégias e pragmatismo. Tese de Doutorado—São Carlos: **Universidade Federal de São Carlos**, 2019.

## APÊNDICE 1 – FONTE DOCUMENTAL

<b>RESOLUÇÕES</b>
<p>Nações Unidas Brasil. <b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)</b>. Disponível em: <a href="https://brasil.un.org/pt-br/sdgs">https://brasil.un.org/pt-br/sdgs</a>. Acesso em: 27 jan. 2024.</p>
<p>ONU, P. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. <b>Ambientalmente sustentável</b>, v. 25, n. 1, p. 171–190, 1 jan. 2018.</p>
<b>LEIS / DECRETOS E RESOLUÇÕES</b>
<p>BRASIL. <b>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</b>. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm</a>. Acesso em: 02 abr. 2024.</p>
<p>BRASIL. <b>Lei 4.737 de 15 de julho de 1965</b>. Institui o Código Eleitoral. 1965. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737compilado.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737compilado.htm</a>. Acesso em: 06 jan. 2024.</p>
<p>BRASIL. <b>Lei 6.767 de 20 de dezembro de 1979</b>. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. 1979. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16767.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16767.htm</a>. Acesso em: 06 jan. 2024.</p>
<p>BRASIL. <b>Lei 9.504 de 30 de setembro 1997</b>: Estabelece normas para as eleições. 1997. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm</a>. Acesso em: 06 jan. 2024.</p>
<p>BRASIL. <b>Lei 12.034 de 29 de setembro de 2009</b>. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. 2009. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm</a>. Acesso em: 06 jan. 2024.</p>

**APÊNDICE 2 – PALAVRAS CENTRAIS DOS PROGRAMAS DE GOVERNO  
POR CENTRALIDADE DE INTERMEDIÇÃO**

<b>Programas de Governo – Unidades Federativas com maior e menor PIB/2021</b>				
	<b>Palavra</b>	<b>Grau</b>	<b>Grau Ponderado</b>	<b>Centralidade de Intermediação</b>
1	DESENVOLVIMENTO	4534	32099	0,026262
2	GESTAO	4036	27248	0,020664
3	PUBLICAR	3831	23505	0,016911
4	MELHORAR	3861	22778	0,015925
5	POLITICA	4013	25597	0,015404
6	SAUDE	3875	28070	0,015063
7	INVESTIMENTO	3877	24971	0,013289
8	SOCIAL	3819	25021	0,013263
9	PESSOAL	3608	19065	0,011846
10	SEGURANCA	3559	21143	0,010952
11	EDUCACAO	3605	24407	0,010895
12	REDE	3363	17250	0,009975
13	REALIZAR	3287	14349	0,009951
14	IMPLEMENTAR	3137	13133	0,009482
15	ESCOLAR	3431	23913	0,009086
16	POPULACAO	3356	17347	0,008909
17	ATENDIMENTO	3211	16791	0,008841
18	PUBLICA	3303	16637	0,00877
19	PRODUCAO	3068	13766	0,008596
20	PARCERIA	3048	13035	0,00831
21	INTEGRAR	3169	14890	0,008229
22	CULTURAL	3174	19405	0,008199
23	ACESSO	2836	12407	0,007721
24	RECURSO	3124	13695	0,007672
25	EMPRESA	2935	12424	0,007581
26	CONSTRUCAO	2979	11772	0,007559
27	AMBIENTAL	2852	11712	0,00714
28	ECONOMICO	3169	15540	0,006658
29	INFRAESTRUTURA	2917	12496	0,005933
30	ENSINO	2925	14013	0,00568
31	PUBLICO	2838	11462	0,005651
32	TECNOLOGIA	2759	11678	0,005399
33	REGIONAL	2807	10714	0,005265
34	NACIONAL	2614	10219	0,005206
35	EMPREGO	2844	11688	0,005017
36	FAMILIAR	2659	10872	0,005008
37	OBRA	2553	9098	0,004851
38	PROFISSIONAL	2775	12218	0,00475
39	INCENTIVAR	2492	9356	0,00457
40	INOVACAO	2509	10187	0,004473
41	ESTRUTURAR	2604	9184	0,004317
42	GERACAO	2605	9360	0,004282
43	SOCIEDADE	2535	8664	0,004133
44	CRIACAO	2471	8236	0,004084
45	BRASIL	2468	8325	0,004043
46	CIDADE	2394	7724	0,00404
47	ECONOMIA	2585	9630	0,004004
48	SUSTENTAVEL	2535	9015	0,003968
49	VIDA	2619	9621	0,003943
50	DIGITAL	2227	7900	0,003748

<b>Programas de Governo – Unidades Federativas com maior PIB/2021</b>				
	<b>Palavra</b>	<b>Grau</b>	<b>Grau Ponderado</b>	<b>Centralidade de Intermediação</b>
1	PUBLICAR	2344	7684	0,029587
2	INVESTIMENTO	2419	9080	0,025632
3	MELHORAR	2271	7512	0,024978
4	DESENVOLVIMENTO	2311	8212	0,024641
5	GESTAO	2001	6355	0,018361
6	SAUDE	2074	7601	0,017355
7	POLITICA	2059	7068	0,016428
8	IMPLEMENTAR	1750	4169	0,013497
9	SEGURANCA	1881	5726	0,013055
10	SOCIAL	1828	5525	0,012586
11	EMPRESA	1625	3968	0,010951
12	ACESSO	1466	3372	0,010775
13	REDE	1610	4269	0,010223
14	PESSOAL	1668	4227	0,009957
15	PARCERIA	1610	3941	0,009594
16	ATENDIMENTO	1615	4878	0,009383
17	EDUCACAO	1695	4823	0,009375
18	AMBIENTAL	1557	3690	0,009346
19	POPULACAO	1659	4104	0,009345
20	RECURSO	1620	4349	0,00869
21	PRODUCAO	1373	3036	0,008393
22	INTEGRAR	1450	3544	0,007507
23	CIDADE	1365	2990	0,007114
24	INCENTIVAR	1331	2974	0,006979
25	REALIZAR	1320	2818	0,006907
26	ESCOLAR	1544	5461	0,006863
27	COMBATER	1047	1974	0,006423
28	CIDADAO	1332	2698	0,006409
29	RESULTADO	1303	2590	0,005967
30	ECONOMICO	1489	4061	0,005775
31	BRASIL	1295	2635	0,005626
32	CULTURAL	1316	4050	0,00558
33	CONTAR	1040	1768	0,00556
34	DIGITAL	1196	2777	0,005552
35	OBRA	1189	2403	0,005441
36	TECNOLOGIA	1298	3223	0,005437
37	EMPREGO	1341	2958	0,005393
38	NACIONAL	1206	2873	0,005386
39	SOCIEDADE	1357	2934	0,005259
40	INFRAESTRUTURA	1306	3103	0,005233
41	SUSTENTAVEL	1346	2982	0,005191
42	PUBLICO	1331	2848	0,005156
43	INOVACAO	1223	2847	0,005144
44	CONSTRUCAO	1217	2280	0,005104
45	AUMENTAR	1194	2309	0,005094
46	ENERGIA	1258	2914	0,005018
47	ESTRUTURAR	1270	2420	0,004967
48	ECONOMIA	1294	2666	0,004794
49	ESTIMULAR	1088	2132	0,004706
50	REGIONAL	1254	2905	0,004702

Programas de Governo – Unidades Federativas com menor PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	DESENVOLVIMENTO	2262	9483	0,03562
2	GESTAO	2116	8433	0,028798
3	PESSOAL	1891	5962	0,020935
4	POLITICA	1947	6569	0,020398
5	SAUDE	1874	7405	0,020178
6	EDUCACAO	1833	7579	0,018112
7	REALIZAR	1757	4944	0,017717
8	ESCOLAR	1777	7205	0,017618
9	SOCIAL	1873	7776	0,016428
10	CULTURAL	1655	5883	0,016087
11	PUBLICA	1744	6123	0,014978
12	PRODUCAO	1508	4223	0,012994
13	POPULACAO	1633	5029	0,012493
14	CONSTRUCAO	1532	4187	0,012195
15	PUBLICAR	1597	5146	0,011821
16	INTEGRAR	1563	4633	0,011286
17	SEGURANCA	1584	5786	0,011214
18	MELHORAR	1568	4900	0,010754
19	REDE	1500	4835	0,010241
20	ATENDIMENTO	1443	4378	0,009497
21	ECONOMICO	1522	4225	0,009345
22	PUBLICO	1364	3450	0,008659
23	INVESTIMENTO	1440	4168	0,008535
24	PROFISSIONAL	1409	4403	0,008501
25	INFRAESTRUTURA	1340	3548	0,008295
26	PARCERIA	1326	3396	0,008242
27	RECURSO	1293	3117	0,007669
28	ENSINO	1369	4053	0,00761
29	ACESSO	1313	3639	0,007366
30	PRODUTIVO	1325	3504	0,006958
31	IMPLEMENTAR	1276	3008	0,006557
32	REGIONAL	1242	2866	0,00651
33	FAMILIAR	1211	3006	0,006392
34	TECNOLOGIA	1232	3227	0,00621
35	AMBIENTAL	1112	2843	0,005857
36	OBRA	1129	2674	0,005518
37	NACIONAL	1155	2596	0,005401
38	TRANSFORMAR	1076	2051	0,004829
39	ESTRATEGICO	1116	2463	0,004786
40	EMPRESA	1134	2920	0,004711
41	EMPREGO	1220	3191	0,004569
42	REDUCAO	1070	2382	0,004506
43	GERACAO	1131	2505	0,004409
44	HOSPITAL	965	2492	0,004323
45	CRIACAO	1056	2134	0,004275
46	RENDA	1120	2636	0,004255
47	POVO	1008	2250	0,004228
48	COMBATER	1002	2093	0,004094
49	INOVACAO	1041	2551	0,004034
50	ESTRUTURAR	1109	2606	0,003999

Programa de Governo – São Paulo/SP - 1º maior PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	PUBLICAR	384	594	0,055934
2	POLITICA	339	519	0,041707
3	SAUDE	341	725	0,03419
4	POPULACAO	282	366	0,033048
5	SOCIAL	327	533	0,031043
6	PESSOAL	264	357	0,02888
7	MELHORAR	280	373	0,028112
8	DESENVOLVIMENTO	315	494	0,027165
9	CIDADAO	232	294	0,022194
10	ACESSO	249	351	0,019883
11	TECNOLOGIA	224	329	0,017798
12	REGIONAL	208	289	0,017769
13	PUBLICO	202	278	0,016595
14	ECONOMICO	225	333	0,016109
15	PRODUCAO	163	201	0,015339
16	INVESTIMENTO	201	312	0,014715
17	GESTAO	212	368	0,014336
18	IMPLEMENTAR	198	259	0,013749
19	SOCIEDADE	186	223	0,013218
20	DIGITAL	190	286	0,012804
21	SEGURANCA	201	284	0,012641
22	EMPRESA	177	228	0,012584
23	AUMENTO	158	191	0,012297
24	RECURSO	184	261	0,011898
25	ESTRUTURAR	181	223	0,011844
26	CULTURAL	179	331	0,011474
27	URBANO	115	159	0,01124
28	ESTIMULAR	153	194	0,010775
29	POLICIAL	167	329	0,010691
30	EDUCACAO	184	281	0,010664
31	ESCOLAR	189	387	0,010098
32	PROBLEMA	126	157	0,009851
33	RESULTADO	151	191	0,009416
34	NECESSIDADE	156	189	0,009412
35	TRANSPORTE	127	157	0,009396
36	VIDA	173	230	0,009088
37	REALIZAR	138	164	0,008991
38	CRIME	144	281	0,008726
39	INTEGRACAO	149	193	0,008556
40	NECESSARIO	131	155	0,008553
41	ENSINO	150	236	0,008465
42	INTEGRAR	162	241	0,008396
43	TRABALHAR	163	204	0,008374
44	ESTUDO	147	175	0,008329
45	NACIONAL	133	163	0,008326
46	CAPACITACAO	161	226	0,008263
47	CIDADE	133	209	0,00821
48	BRASIL	150	190	0,007918
49	RUA	136	206	0,007846
50	FOMENTAR	109	129	0,007692

Programa de Governo – Rio de Janeiro/RJ – 2º maior PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	INVESTIMENTO	374	548	0,142843
2	PUBLICAR	285	389	0,058548
3	MELHORAR	191	276	0,05716
4	CRIACAO	203	256	0,054515
5	SEGURANCA	227	336	0,05057
6	AMPLIACAO	143	174	0,033899
7	SAUDE	187	328	0,026273
8	EMPREGO	140	185	0,025052
9	REDE	155	233	0,021501
10	OPORTUNIDADE	121	145	0,020926
11	CIDADAO	127	146	0,020844
12	EMPRESA	99	124	0,019924
13	RECURSO	138	149	0,019482
14	SOCIAL	122	149	0,019148
15	CONSTRUCAO	122	172	0,018156
16	ESCOLAR	138	269	0,018051
17	DESENVOLVIMENTO	128	162	0,016753
18	ECONOMIA	92	109	0,015364
19	TERRITORIO	111	125	0,015312
20	SOCIEDADE	112	135	0,015137
21	POPULACAO	118	140	0,014943
22	IMPLANTACAO	95	125	0,013964
23	MULHER	136	399	0,01366
24	ATENDIMENTO	117	244	0,013461
25	COMUNIDADE	78	115	0,013034
26	PUBLICO	100	131	0,012717
27	GERACAO	124	146	0,012582
28	GESTAO	107	155	0,012077
29	REFERENTE	100	106	0,012037
30	PESSOAL	99	122	0,011693
31	OBRA	107	122	0,011406
32	EDUCACAO	136	171	0,011
33	MANUTENCAO	115	139	0,010471
34	CIDADE	111	151	0,010366
35	POLITICA	95	117	0,009968
36	ATUACAO	104	123	0,009862
37	FORCAR	117	131	0,00935
38	INFRAESTRUTURA	84	105	0,009116
39	PRODUTIVO	74	127	0,008781
40	REAL	101	110	0,008591
41	CONTAR	55	57	0,008444
42	EXECUCAO	87	130	0,008301
43	ENSINO	64	92	0,008286
44	GERAR	70	116	0,008273
45	LONGO	49	51	0,007714
46	ECONOMICO	93	108	0,007494
47	ORGANIZACAO	89	97	0,007414
48	EFETIVO	101	128	0,007383
49	ATIVO	91	115	0,007364
50	REALIZAR	72	75	0,007316

Programa de Governo – Minas Gerais/MG – 3º maior PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	PUBLICAR	317	449	0,068292
2	POLITICA	279	406	0,051549
3	MELHORAR	233	303	0,041024
4	INVESTIMENTO	187	233	0,033759
5	DESENVOLVIMENTO	201	321	0,031841
6	SAUDE	203	349	0,02997
7	PROPOSTA	133	155	0,02372
8	TOTAL	198	309	0,022043
9	CULTURAL	147	184	0,021493
10	CONTINUAR	147	174	0,021047
11	ECONOMICO	135	202	0,019822
12	PROPRIO	151	202	0,016346
13	EMPREGO	143	204	0,016103
14	GESTAO	162	249	0,015793
15	ATENDIMENTO	171	230	0,015316
16	CONDICAO	110	122	0,014751
17	SOCIEDADE	132	168	0,014126
18	INICIAR	127	154	0,013415
19	INTEGRAR	93	103	0,012936
20	FISCAL	149	187	0,012868
21	ACORDO	135	207	0,012563
22	RECURSO	168	303	0,012213
23	ECONOMIA	105	118	0,012202
24	SEGURANCA	139	192	0,012199
25	PESSOAL	133	151	0,011972
26	GOVERNADOR	116	158	0,01102
27	VALER	58	85	0,010905
28	REALIZAR	113	135	0,010616
29	CONTA	134	187	0,01058
30	RELACAO	127	152	0,010482
31	VIDA	103	114	0,010387
32	INFRAESTRUTURA	111	123	0,010363
33	PROBLEMA	137	159	0,01013
34	PANDEMIA	131	165	0,010106
35	AUMENTO	102	165	0,010101
36	SALARIAL	171	283	0,009775
37	PARCERIA	97	119	0,009702
38	HISTORAR	102	116	0,009654
39	REPASSE	178	440	0,00926
40	CIDADAO	118	131	0,009227
41	PUBLICO	140	166	0,009216
42	HOSPITAL	143	189	0,009001
43	REAL	107	118	0,008867
44	POPULACAO	142	214	0,008752
45	NECESSIDADE	108	126	0,008428
46	PAGAMENTO	155	317	0,008379
47	RESPEITAR	101	111	0,008193
48	AMBIENTE	96	111	0,008101
49	ATUACAO	115	142	0,007943
50	PRODUCAO	91	110	0,007797

Programa de Governo – Rio Grande do Sul/RS – 4º maior PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	PUBLICA	395	812	0,086865
2	INVESTIMENTO	373	595	0,063819
3	DESENVOLVIMENTO	361	619	0,062629
4	POLITICA	284	455	0,046316
5	INOVACAO	240	371	0,028637
6	GESTAO	239	406	0,024795
7	MELHORAR	222	376	0,024288
8	INCENTIVAR	210	278	0,023507
9	RESULTADO	220	319	0,02244
10	QUALIFICACAO	200	281	0,021844
11	PARCERIA	218	301	0,021701
12	IMPLEMENTAR	183	250	0,018412
13	RECURSO	175	237	0,018019
14	FISCAL	204	318	0,017505
15	CONSTRUIR	152	202	0,016908
16	ESCOLAR	158	279	0,014713
17	ATENDIMENTO	120	156	0,013176
18	EDUCACAO	175	288	0,012603
19	SEGURANCA	165	219	0,01212
20	PRODUTIVIDADE	166	229	0,011649
21	REALIZAR	143	168	0,011202
22	REDE	133	165	0,010827
23	OBRA	98	120	0,010602
24	CIDADE	141	178	0,010425
25	SAUDE	151	243	0,01031
26	MODERNIZACAO	144	186	0,009968
27	PRODUCAO	124	154	0,009909
28	LONGO	127	158	0,009836
29	CONTAR	157	212	0,009707
30	PREVER	121	150	0,009505
31	AUMENTAR	149	193	0,009409
32	ESTRUTURAR	122	150	0,009356
33	SUSTENTAVEL	168	236	0,009201
34	GERAR	133	176	0,009186
35	NACIONAL	129	176	0,00909
36	CONSOLIDAR	121	143	0,008929
37	AMBIENTAL	116	155	0,008782
38	REDUZIR	138	185	0,008652
39	SOCIAL	148	225	0,00847
40	PUBLICO	137	163	0,008329
41	RESPEITAR	82	93	0,008137
42	ESTRATEGIA	139	200	0,008124
43	ESTIMULAR	137	175	0,008102
44	ENFRENTAMENTO	111	132	0,0079
45	RELACAO	108	120	0,007743
46	ALCANCAR	134	159	0,007569
47	REGIONAL	123	168	0,00748
48	ACESSO	106	130	0,007464
49	POPULACAO	112	131	0,007285
50	REGULARIZAR	101	117	0,00722

Programa de Governo – Paraná/PR – 5º maior PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	PUBLICAR	966	1993	0,0444
2	MELHORAR	823	1535	0,029525
3	IMPLEMENTAR	817	1348	0,029154
4	GESTAO	820	1645	0,028277
5	DESENVOLVIMENTO	842	1771	0,025659
6	ACESSO	698	1186	0,021966
7	EMPRESA	636	1144	0,021106
8	AMBIENTAL	652	1071	0,018717
9	INVESTIMENTO	691	1252	0,017316
10	REDE	617	1079	0,0172
11	SAUDE	607	1138	0,016744
12	ATENDIMENTO	562	946	0,015252
13	PRODUCAO	565	838	0,014992
14	POLITICA	554	847	0,01408
15	PARCERIA	558	855	0,013896
16	SOCIAL	550	1030	0,012014
17	RECURSO	564	890	0,010943
18	BRASIL	466	639	0,010863
19	PESSOAL	495	978	0,010767
20	SEGURANCA	509	927	0,010735
21	INCENTIVAR	546	905	0,010722
22	OBRA	458	696	0,010701
23	ATENDER	490	718	0,009914
24	TECNOLOGIA	484	812	0,00909
25	DIGITAL	447	722	0,009089
26	AUMENTAR	472	666	0,009014
27	POPULACAO	424	595	0,008872
28	CONTAR	316	365	0,008678
29	REALIZAR	377	475	0,008045
30	COMBATER	306	434	0,008035
31	INTEGRAR	446	745	0,007949
32	NACIONAL	388	513	0,007918
33	FAMILIAR	425	866	0,007842
34	CIDADE	403	565	0,00678
35	INOVACAO	463	770	0,006607
36	EQUIPAMENTO	429	666	0,006476
37	INTERNACIONAL	368	487	0,00645
38	ENERGIA	421	811	0,006448
39	GANHAR	351	457	0,006443
40	REGIONAL	403	623	0,0064
41	ESTIMULAR	369	502	0,006203
42	PANDEMIA	336	432	0,00619
43	CONSTRUCAO	398	526	0,006176
44	JOGO	190	264	0,005811
45	INTEGRACAO	360	494	0,005698
46	EDUCACAO	415	933	0,0056
47	INFORMACAO	341	463	0,005559
48	OPERACAO	322	465	0,005464
49	DESENVOLVER	363	516	0,005446
50	RESULTADO	337	419	0,005349

Programa de Governo – Sergipe/SE – 1º menor PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	PUBLICA	585	1260	0,053732
2	REALIZAR	433	699	0,039153
3	PESSOAL	448	786	0,037329
4	DESENVOLVIMENTO	419	887	0,02611
5	SOCIAL	429	1033	0,025478
6	REDE	395	826	0,025175
7	INCENTIVO	331	614	0,023111
8	POLITICA	404	714	0,022932
9	CULTURAL	267	586	0,021628
10	GESTAO	348	610	0,021382
11	PARCERIA	341	558	0,020631
12	ESCOLAR	368	822	0,019641
13	ATENDIMENTO	310	579	0,018818
14	ACESSO	282	452	0,017971
15	EDUCACAO	372	851	0,017372
16	CONSTRUCAO	201	322	0,016801
17	POPULACAO	250	359	0,016334
18	IMPLEMENTAR	279	408	0,015319
19	SAUDE	292	519	0,014878
20	NACIONAL	294	442	0,01478
21	FAMILIAR	250	432	0,01448
22	PRODUTIVO	334	629	0,014312
23	AVANCAR	247	380	0,014174
24	ELABORAR	260	370	0,013942
25	ECONOMICO	275	499	0,013449
26	PUBLICO	241	373	0,011884
27	SEGURANCA	269	638	0,011287
28	ASSEGURAR	279	415	0,011151
29	ESTRUTURAR	236	322	0,010994
30	PROFISSIONAL	263	503	0,010398
31	ESTIMULAR	216	318	0,010072
32	PRODUCAO	230	367	0,009857
33	SOCIEDADE	209	288	0,009692
34	CAPACITACAO	246	355	0,008789
35	PARTICIPACAO	217	282	0,008285
36	TECNICO	241	461	0,008089
37	RODOVIA	69	109	0,008015
38	INCLUSAO	264	421	0,00798
39	ASSISTENCIA	243	574	0,00788
40	EQUIPAMENTO	208	324	0,007588
41	FRANCISCO	117	194	0,007518
42	RECURSO	212	342	0,007501
43	EMPRESA	223	389	0,007292
44	EMPREGO	191	376	0,007129
45	TECNICA	223	315	0,007124
46	MELHORAR	215	303	0,006992
47	EMPREENDEDORISMO	238	422	0,006963
48	ESPORTE	188	371	0,006857
49	INOVACAO	198	323	0,006837
50	ARTICULACAO	226	373	0,006835

Programa de Governo – Tocantins/TO – 2º menor PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	PUBLICAR	378	723	0,070764
2	PRODUCAO	204	278	0,067241
3	TOCANTINENSE	254	318	0,048976
4	PESSOAL	194	362	0,034813
5	POPULACAO	228	425	0,031747
6	SOCIAL	235	331	0,029928
7	INTEGRAR	218	287	0,029307
8	PRODUTOR	89	116	0,025538
9	DESENVOLVIMENTO	223	337	0,024219
10	SAUDE	196	301	0,02322
11	CULTURAL	194	294	0,021532
12	ECONOMICO	204	268	0,020525
13	BRASIL	115	174	0,019581
14	VIDA	196	250	0,018522
15	SEGURANCA	187	364	0,018277
16	POSICAO	125	286	0,017965
17	ESTRUTURAR	163	186	0,016657
18	INVESTIMENTO	184	226	0,016223
19	POLITICA	186	305	0,015554
20	TECNOLOGIA	162	267	0,014943
21	REALIZAR	129	141	0,014579
22	ESTRATEGICO	137	180	0,014035
23	CONJUNTO	172	230	0,013846
24	CAPAZ	149	178	0,01328
25	APRESENTAR	153	224	0,013259
26	META	106	124	0,013191
27	EDUCACAO	172	269	0,012741
28	SUSTENTAVEL	161	202	0,012647
29	TRANSFORMAR	165	216	0,012542
30	CONSTRUIR	113	120	0,012312
31	CRESCIMENTO	95	129	0,012029
32	GESTAO	148	217	0,01185
33	ATENDER	68	71	0,011669
34	PUBLICO	160	218	0,011645
35	GERAR	142	219	0,011543
36	GENTE	142	161	0,010962
37	FAMILIAR	106	125	0,01084
38	CRIACAO	98	104	0,010621
39	ECONOMIA	145	182	0,009892
40	AGROPECUARIO	82	118	0,009583
41	INDUSTRIAL	83	126	0,00954
42	AMBIENTE	142	226	0,009459
43	PARCERIA	83	98	0,00939
44	INCLUIR	98	120	0,00889
45	FERRAMENTA	117	140	0,008574
46	BASICO	110	150	0,008507
47	REGIONAL	133	155	0,008481
48	POVO	123	149	0,008347
49	NACIONAL	114	145	0,008058
50	SEGUIDO	43	58	0,007721

Programa de Governo – Acre/AC – 3º menor PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	GESTAO	565	1257	0,057227
2	DESENVOLVIMENTO	513	1001	0,051708
3	PUBLICA	490	1014	0,039293
4	MELHORAR	505	1067	0,038105
5	REALIZAR	445	705	0,03767
6	INVESTIMENTO	470	941	0,030893
7	ATENDIMENTO	397	662	0,029502
8	SAUDE	363	702	0,022678
9	POPULACAO	391	705	0,022639
10	EDUCACAO	378	885	0,022115
11	CONSTRUCAO	326	800	0,020563
12	ESCOLAR	324	727	0,02008
13	DESTACAR	354	536	0,017415
14	ACESSO	316	530	0,015742
15	REDUCAO	292	553	0,015665
16	CULTURAL	231	605	0,015589
17	PRODUCAO	258	387	0,015291
18	POLITICA	305	480	0,015236
19	SOCIAL	349	702	0,015183
20	RECURSO	291	447	0,014185
21	PESSOAL	294	413	0,013584
22	INFRAESTRUTURA	323	557	0,012816
23	INTEGRAR	296	496	0,012158
24	POVO	196	291	0,011491
25	VIDA	274	416	0,011416
26	CONTROLAR	248	377	0,011169
27	PUBLICO	298	468	0,010841
28	IMPLEMENTAR	246	350	0,010148
29	REFORMAR	267	545	0,009915
30	ECONOMICO	279	468	0,009859
31	COMBATER	251	373	0,009485
32	SEGURANCA	278	530	0,009025
33	ENSINO	222	432	0,008882
34	MANTER	208	280	0,008482
35	CONSIDERAR	152	187	0,008457
36	CONTINUAR	232	346	0,00804
37	AMBIENTAL	231	452	0,008014
38	LEI	187	253	0,007969
39	MODERNIZACAO	273	429	0,007856
40	PARCERIA	189	274	0,007745
41	REDE	224	329	0,007548
42	URBANO	229	354	0,007458
43	PROFISSIONAL	235	461	0,007362
44	PRODUTIVO	225	341	0,007297
45	GERACAO	234	391	0,00692
46	PANDEMIA	175	231	0,006689
47	NACIONAL	154	218	0,00623
48	REGIONAL	180	243	0,006039
49	SUSTENTAVEL	181	264	0,006021
50	RURAL	169	279	0,005793

Programa de Governo – Amapá/AP – 4º menor PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	DESENVOLVIMENTO	409	796	0,103901
2	PUBLICAR	320	619	0,066104
3	POLITICA	312	504	0,064702
4	ESCOLAR	209	418	0,047897
5	CULTURAL	191	332	0,039374
6	SAUDE	210	494	0,039231
7	INTEGRAR	201	353	0,038723
8	GESTAO	202	358	0,031252
9	EMPRESA	202	342	0,026577
10	INCENTIVAR	160	264	0,021698
11	OBRA	138	326	0,020278
12	EDUCACAO	165	436	0,019174
13	SOCIAL	144	372	0,016492
14	REGIONAL	166	313	0,015384
15	RECURSO	155	193	0,014941
16	CONSTRUIR	77	174	0,014685
17	ACESSO	124	209	0,014586
18	FOMENTO	159	246	0,014413
19	PARCERIA	108	152	0,014381
20	PROFISSIONAL	157	319	0,014274
21	CONSOLIDAR	128	181	0,01393
22	PROFESSOR	98	164	0,013237
23	JOVEM	94	144	0,012569
24	ECONOMICO	142	207	0,012504
25	REALIZAR	78	119	0,011545
26	PESSOAL	107	232	0,01131
27	PUBLICO	112	165	0,011284
28	CRIACAO	116	174	0,010887
29	REESTRUTURAR	91	118	0,010861
30	COMUNIDADE	125	192	0,010803
31	PROMOCAO	135	197	0,01069
32	ESTRATEGIA	124	197	0,010625
33	FAMILIAR	98	154	0,010491
34	ESPORTIVO	80	97	0,010436
35	ATENDIMENTO	80	119	0,010328
36	FEDERAL	105	223	0,010262
37	POPULACAO	89	127	0,010197
38	PRODUCAO	104	173	0,009855
39	REDE	118	189	0,009756
40	MUNICIPAL	126	196	0,009551
41	INSTITUCIONAL	91	101	0,0095
42	INFRAESTRUTURA	117	229	0,009485
43	TRABALHAR	83	105	0,009431
44	INOVACAO	138	233	0,009345
45	IMPLEMENTAR	101	136	0,009233
46	IMPLANTACAO	96	174	0,008708
47	NACIONAL	124	160	0,008621
48	INCLUIR	87	104	0,008578
49	CENTRAL	78	81	0,008358
50	ALUNO	110	157	0,008131

Programa de Governo – Roraima – 5º menor PIB/2021				
	Palavra	Grau	Grau Ponderado	Centralidade de Intermediação
1	CRIACAO	87	112	0,205353
2	MODERNIZAR	43	46	0,088464
3	GESTAO	40	43	0,065601
4	PESSOAL	34	34	0,061193
5	INDIGENA	43	56	0,058945
6	PRODUCAO	40	43	0,056709
7	CONSTRUIR	29	33	0,056188
8	PUBLICAR	47	56	0,052566
9	CONSTRUCAO	39	47	0,051462
10	TECNOLOGIA	41	44	0,051166
11	IMPLEMENTAR	38	40	0,050157
12	INICIATIVA	28	28	0,046449
13	REALIZAR	35	41	0,044555
14	ESTRUTURAR	33	35	0,042673
15	ATENDIMENTO	31	40	0,042058
16	ADMINISTRACAO	21	37	0,040248
17	INTEGRAR	33	38	0,038661
18	AMPLIACAO	12	12	0,037056
19	ENSINO	38	40	0,036479
20	FORTALECIMENTO	25	25	0,035695
21	POLICIAL	23	27	0,033911
22	SAUDE	23	40	0,031791
23	CONTINUAR	27	29	0,031602
24	ASSISTENCIA	25	30	0,031593
25	RURAL	27	28	0,031536
26	CURSO	30	33	0,031481
27	PRISIONAL	17	18	0,029375
28	INCENTIVAR	37	39	0,029143
29	PARCERIA	33	35	0,02879
30	INVESTIMENTO	13	13	0,025609
31	CRIME	32	39	0,02366
32	FIM	19	20	0,023
33	ESCOLAR	28	33	0,022706
34	CONCLUIR	10	10	0,02155
35	PRODUTIVO	25	27	0,021538
36	CONCURSO	29	36	0,021214
37	CAPACITACAO	29	31	0,020714
38	ORGANIZAR	28	34	0,019277
39	REDE	24	25	0,018834
40	IMPLANTACAO	20	21	0,018103
41	SEGURANCA	25	27	0,017053
42	LEI	14	15	0,016758
43	ESPECIALIZAR	31	53	0,016129
44	CASA	12	26	0,015147
45	BOAVISTA	15	18	0,015002
46	ESPORTE	12	20	0,014674
47	MILITAR	20	30	0,014544
48	TECNICA	25	28	0,014438
49	ELABORACAO	23	25	0,014341
50	SEDE	21	28	0,014165

## APÊNDICE 3 – RELACIONAMENTOS INTERPALAVRAS – ONE MODE

Programas de Governo – Unidades Federativas com maior e menor PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	EDUCACAO	ESCOLAR	251
2	SOCIAL	DESENVOLVIMENTO	247
3	POLITICA	DESENVOLVIMENTO	246
4	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	231
5	DESENVOLVIMENTO	SAUDE	228
6	GESTAO	DESENVOLVIMENTO	221
7	INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO	219
8	SOCIAL	SAUDE	219
9	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	218
10	POLITICA	PUBLICAR	213
11	SEGURANCA	PUBLICAR	210
12	GESTAO	SAUDE	209
13	ESCOLAR	ENSINO	198
14	GESTAO	POLITICA	193
15	SAUDE	EDUCACAO	193
16	INVESTIMENTO	EDUCACAO	190
17	GESTAO	PUBLICAR	188
18	POLITICA	SAUDE	186
19	INVESTIMENTO	SAUDE	183
20	SAUDE	PUBLICAR	182
21	POLITICA	EDUCACAO	181
22	INVESTIMENTO	POLITICA	180
23	POLITICA	SOCIAL	180
24	GESTAO	SOCIAL	179
25	SOCIAL	ASSISTENCIA	179
26	GESTAO	INVESTIMENTO	174
27	MELHORAR	DESENVOLVIMENTO	172
28	MELHORAR	SAUDE	172
29	EDUCACAO	SEGURANCA	172
30	MELHORAR	GESTAO	171
31	DESENVOLVIMENTO	CULTURAL	171
32	SAUDE	ATENDIMENTO	171
33	MELHORAR	INVESTIMENTO	170
34	PESSOAL	SOCIAL	168
35	POPULACAO	SAUDE	168
36	EDUCACAO	PUBLICAR	168
37	POLITICA	SEGURANCA	166
38	DESENVOLVIMENTO	SEGURANCA	164
39	ESCOLAR	PUBLICAR	164
40	DESENVOLVIMENTO	PUBLICAR	162
41	INVESTIMENTO	SEGURANCA	156
42	SOCIAL	CULTURAL	156
43	POPULACAO	DESENVOLVIMENTO	155
44	SOCIAL	EDUCACAO	155
45	SAUDE	SEGURANCA	154
46	EDUCACAO	ENSINO	154
47	MELHORAR	SOCIAL	153
48	MELHORAR	PUBLICAR	153
49	INVESTIMENTO	ESCOLAR	153
50	DESENVOLVIMENTO	ESCOLAR	153

Programas de Governo – Unidades Federativas com maior PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	POLITICA	PUBLICAR	101
2	INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO	83
3	MELHORAR	INVESTIMENTO	75
4	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	75
5	SEGURANCA	PUBLICAR	73
6	SOCIAL	DESENVOLVIMENTO	69
7	GESTAO	PUBLICAR	68
8	DESENVOLVIMENTO	SUSTENTAVEL	65
9	SAUDE	ATENDIMENTO	65
10	DESENVOLVIMENTO	SAUDE	63
11	ESCOLAR	ENSINO	63
12	INVESTIMENTO	SEGURANCA	62
13	MELHORAR	PUBLICAR	61
14	MELHORAR	SAUDE	59
15	POLITICA	DESENVOLVIMENTO	58
16	EDUCACAO	ESCOLAR	57
17	INVESTIMENTO	SAUDE	56
18	INVESTIMENTO	POLITICA	54
19	SOCIAL	ECONOMICO	54
20	MELHORAR	DESENVOLVIMENTO	53
21	INVESTIMENTO	EDUCACAO	53
22	INVESTIMENTO	PUBLICAR	53
23	GESTAO	SAUDE	52
24	SAUDE	PUBLICAR	50
25	MELHORAR	GESTAO	48
26	INVESTIMENTO	ECONOMICO	48
27	SOCIAL	SAUDE	48
28	MELHORAR	POLITICA	47
29	MELHORAR	SEGURANCA	47
30	GESTAO	INVESTIMENTO	47
31	GESTAO	POLITICA	47
32	POLITICA	SEGURANCA	47
33	POLITICA	ATENDIMENTO	46
34	INVESTIMENTO	REALIZAR	45
35	INVESTIMENTO	INFRAESTRUTURA	44
36	INVESTIMENTO	CULTURAL	44
37	POLITICA	SAUDE	44
38	MULHER	VIOLENCIA	44
39	DESENVOLVIMENTO	PUBLICAR	43
40	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	42
41	SAUDE	EDUCACAO	42
42	SAUDE	REDE	42
43	POLITICA	EDUCACAO	41
44	ATENDIMENTO	MULHER	41
45	GESTAO	DESENVOLVIMENTO	40
46	POPULACAO	SAUDE	40
47	MELHORAR	ATENDIMENTO	39
48	INVESTIMENTO	SOCIAL	39
49	INVESTIMENTO	PARCERIA	39
50	DESENVOLVIMENTO	SEGURANCA	39

Programas de Governo – Unidades Federativas com menor PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	EDUCACAO	ESCOLAR	116
2	SOCIAL	ASSISTENCIA	111
3	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	97
4	DESENVOLVIMENTO	SOCIAL	92
5	SOCIAL	SAUDE	89
6	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	88
7	SOCIAL	PESSOAL	86
8	EDUCACAO	PROFISSIONAL	81
9	DESENVOLVIMENTO	GESTAO	80
10	CULTURAL	ESCOLAR	78
11	DESENVOLVIMENTO	POLITICA	76
12	PUBLICA	POLITICA	75
13	SOCIAL	POLITICA	74
14	PUBLICA	SEGURANCA	72
15	EDUCACAO	SEGURANCA	72
16	SEGURANCA	PUBLICAR	72
17	DESENVOLVIMENTO	SAUDE	68
18	ESCOLAR	ENSINO	68
19	GESTAO	PUBLICA	67
20	SOCIAL	GESTAO	66
21	EDUCACAO	ENSINO	66
22	EDUCACAO	SAUDE	65
23	GESTAO	SAUDE	61
24	GESTAO	ESCOLAR	61
25	DESENVOLVIMENTO	CULTURAL	60
26	REDE	ENSINO	60
27	ESCOLAR	ALUNO	60
28	SOCIAL	EDUCACAO	58
29	PESSOAL	POLITICA	58
30	GESTAO	EDUCACAO	58
31	PUBLICA	SAUDE	58
32	POLITICA	SAUDE	58
33	SAUDE	ASSISTENCIA	57
34	REDE	ESCOLAR	57
35	POLITICA	SEGURANCA	56
36	PESSOAL	GESTAO	55
37	SAUDE	POPULACAO	55
38	DESENVOLVIMENTO	PESSOAL	54
39	SOCIAL	PUBLICA	54
40	EDUCACAO	BASICO	54
41	SAUDE	ESCOLAR	54
42	CULTURAL	EDUCACAO	53
43	CULTURAL	ESPORTE	52
44	GESTAO	POLITICA	52
45	ESCOLAR	INTEGRAR	52
46	DESENVOLVIMENTO	PUBLICA	51
47	SOCIAL	ECONOMICO	51
48	SOCIAL	ESCOLAR	51
49	EDUCACAO	PUBLICAR	51
50	DESENVOLVIMENTO	INTEGRAR	50

Programa de Governo – São Paulo/SP – 1º maior PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	GESTAO	SISTEMA	25
2	PUBLICAR	POLITICA	20
3	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	15
4	DESENVOLVIMENTO	SOCIAL	14
5	ALUNO	ESCOLAR	13
6	ENSINO	ESCOLAR	12
7	SAUDE	SOCIAL	11
8	SOCIAL	HABITACAO	11
9	ATENCAO	PRIMAR	10
10	SAUDE	DIGITAL	10
11	EDUCACAO	ESCOLAR	10
12	POLICIAL	CRIME	10
13	ORGANIZAR	CRIME	10
14	FAMILIAR	MULHER	10
15	PESSOAL	GESTAO	9
16	ATENCAO	SAUDE	9
17	CRATIVO	ECONOMIA	9
18	PROFISSIONAL	CAPACITACAO	9
19	PRIVADO	INICIATIVA	9
20	ACESSO	CREDITAR	9
21	MERCADO	ILICITO	9
22	RENDA	GERACAO	8
23	GESTAO	DIGITAL	8
24	SAUDE	INTEGRACAO	8
25	SAUDE	EMOCIONAL	8
26	SAUDE	DOENCA	8
27	POPULACAO	RUA	8
28	HABITACAO	INTERESSE	8
29	POLICIAL	PROTEGER	8
30	POLICIAL	VALORIZACAO	8
31	POLICIAL	FORCA	8
32	INVESTIMENTO	PATRIMONIO	8
33	ESCOLAR	CULTURAL	8
34	PRIVADO	PARCERIA	8
35	CULTURAL	CIDADE	8
36	REDUZIR	ALIQUOTA	8
37	ESGOTO	COLETAR	8
38	PUBLICAR	DESENVOLVIMENTO	7
39	DESENVOLVIMENTO	ESTIMULAR	7
40	EMPREGO	RENDA	7
41	EMPREGO	GERACAO	7
42	RENDA	SOCIAL	7
43	GESTAO	SAUDE	7
44	SAUDE	POPULACAO	7
45	IDOSO	MULHER	7
46	SOCIAL	ECONOMICO	7
47	RUA	DIREITO	7
48	PROFISSIONAL	ESCOLAR	7
49	HABITACAO	HABITACIONAL	7
50	ESCOLAR	ESPORTIVO	7

Programa de Governo – Rio de Janeiro /RJ – 2º maior PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	MULHER	ATENDIMENTO	25
2	VIOLENCIA	MULHER	21
3	CIVIL	POLICIAL	14
4	SAUDE	ATENDIMENTO	13
5	MULHER	ESPECIALIZADO	13
6	RECUPERACAO	FISCAL	12
7	SECRETARIA	POLICIAL	12
8	SEGURANCA	PUBLICAR	11
9	ATENDIMENTO	ESPECIALIZADO	11
10	POLICIAL	MILITAR	11
11	EMPREGO	GERAR	10
12	DIARIO	POLICIAL	10
13	HOSPITAL	ONCOLOGICO	10
14	INTEGRAR	MULHER	10
15	AUMENTO	POLICIAL	10
16	TECNOLOGIA	ENEM	10
17	REDE	HOSPITAL	9
18	EMERGENCIA	HOSPITAL	9
19	MULHER	DOMESTICAR	9
20	SEGURANCA	OPERACAO	8
21	SEGURANCA	POLICIAL	8
22	DIREITO	SECRETARIA	8
23	ESCOLAR	ECO	8
24	ESCOLAR	SOCIOEDUCATIVO	8
25	MULHER	SECRETARIA	8
26	PEDAGOGICO	CHROMEBOOKS	8
27	TRANSITAR	ABORDAGEM	8
28	TRANSITAR	ACIDENTE	8
29	OPORTUNIDADE	ESCOLAR	7
30	EMPREGO	POSTO	7
31	INVESTIMENTO	SEGURANCA	7
32	PUBLICAR	SAUDE	7
33	HOSPITAL	NOVAFRIBURGO	7
34	INTEGRAR	ATENDIMENTO	7
35	MULHER	CIAMS	7
36	MULHER	CEAMS	7
37	POSTO	GERAR	6
38	JEITO	GENTE	6
39	INVESTIMENTO	CULTURAL	6
40	EDUCACAO	SAUDE	6
41	DIREITO	MULHER	6
42	VIOLENCIA	ATENDIMENTO	6
43	VIOLENCIA	DOMESTICAR	6
44	URBANO	MOBILIDADE	6
45	HOSPITAL	ESPECIAL	6
46	HOSPITAL	URGENCIA	6
47	ESCOLAR	INTERCULTURAI	6
48	SAUDE	COMPLEXO	6
49	REFORMAR	ATENDIMENTO	6
50	OPERACIONAL	POLICIAL	6

Programa de Governo – Minas Gerais /MG – 3º maior PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	PUBLICAR	POLITICA	14
2	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	12
3	PAGAMENTO	REPASSE	11
4	REPASSE	RECURSO	11
5	ANTERIOR	REPASSE	9
6	SAUDE	REDE	8
7	ANTERIOR	GESTAO	8
8	TOTAL	REPASSE	8
9	PAGAMENTO	SALARIAL	8
10	PAGAMENTO	SERVIDOR	8
11	REPASSE	HOSPITAL	8
12	SALARIAL	SERVIDOR	8
13	MELHORAR	PUBLICAR	7
14	COVID19	COMITE	7
15	POPULACAO	ENSINO	7
16	GERACAO	EMPREGO	7
17	GERACAO	RENDA	7
18	EMPREGO	RENDA	7
19	ENSINO	EDUCACAO	7
20	ENSINO	DESENVOLVIMENTO	7
21	ENSINO	ESCOLAR	7
22	ASSISTENCIA	SOCIAL	7
23	GESTAO	REPASSE	7
24	PAGAMENTO	RECURSO	7
25	REPASSE	SALARIAL	7
26	REPASSE	SERVIDOR	7
27	REPASSE	LEVAR	7
28	REPASSE	ATENDIMENTO	7
29	REPASSE	ACORDO	7
30	MINEIRIDADE	CULTURAL	6
31	CONTA	TRIBUNAL	6
32	COVID19	EXTRAORDINARIO	6
33	ORGANIZACAO	SAUDE	6
34	ENSINO	AUMENTO	6
35	ENSINO	INVESTIR	6
36	ENSINO	ATENDER	6
37	SAUDE	PRIMAR	6
38	ANTERIOR	PAGAMENTO	6
39	ANTERIOR	ACORDO	6
40	ANTERIOR	REGULARIZACAO	6
41	TOTAL	PAGAMENTO	6
42	TOTAL	SALARIAL	6
43	ATRASSO	REPASSE	6
44	REPASSE	REGULARIZACAO	6
45	RECURSO	SERVIDOR	6
46	MEDIDA	COMITE	6
47	EXTRAORDINARIO	COMITE	6
48	PARCERIA	PUBLICO PRIVADO	6
49	CULTURAL	TURISMO	5
50	JUSTICA	TRIBUNAL	5

Programa de Governo – Rio Grande do Sul /RS - 4º maior PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	PUBLICA	CADEIA	37
2	PUBLICA	POLITICA	27
3	GESTAO	PUBLICA	24
4	PUBLICA	SEGURANCA	14
5	PUBLICA	MASCULINO	12
6	PUBLICA	PENITENCIARIA	12
7	CADEIA	MASCULINO	12
8	CADEIA	PENITENCIARIA	12
9	INVESTIMENTO	PARCERIA	11
10	INOVACAO	DESENVOLVIMENTO	11
11	MELHORAR	DESENVOLVIMENTO	10
12	DESENVOLVIMENTO	SUSTENTAVEL	10
13	MELHORAR	EDUCACAO	9
14	INOVACAO	ECOSSISTEMA	9
15	AMBIENTE	ESCOLAR	9
16	ESPORTE	ILUMINACAO	9
17	GESTAO	FISCAL	8
18	INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO	8
19	INVESTIMENTO	INFRAESTRUTURA	8
20	PUBLICA	CONCLUIR	8
21	LONGO	PRAZO	8
22	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	8
23	DESENVOLVIMENTO	PARCERIA	8
24	INFRAESTRUTURA	QUALIFICACAO	8
25	SAUDE	EDUCACAO	8
26	RECURSO	HOSPITAL	8
27	ESCOLAR	ENSINO	8
28	ESCOLAR	ALUNO	8
29	RESULTADO	GESTAO	7
30	GESTAO	MODERNIZACAO	7
31	GESTAO	POLITICA	7
32	FISCAL	EQUILIBRIO	7
33	FISCAL	SUSTENTAVEL	7
34	INVESTIMENTO	PUBLICA	7
35	INVESTIMENTO	PUBLICO	7
36	INVESTIMENTO	QUALIFICACAO	7
37	PUBLICA	MODERNIZACAO	7
38	PUBLICA	FECHADO	7
39	PUBLICA	REGIME	7
40	INOVACAO	TECNOLOGIA	7
41	DESENVOLVIMENTO	CIDADE	7
42	CONCLUIR	CADEIA	7
43	EDUCACAO	INFANCIA	7
44	POBREZA	INFANCIA	7
45	APRENDER	FORMAR	7
46	QUALIFICACAO	CULTURAL	7
47	ICMS	TRIBUTAR	7
48	MELHORAR	INOVACAO	6
49	MELHORAR	SOCIAL	6
50	RESULTADO	INVESTIMENTO	6

Programa de Governo – Paraná /PR – 5º maior PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	POLITICA	PUBLICAR	37
2	DESENVOLVIMENTO	SUSTENTAVEL	32
3	SEGURANCA	PUBLICAR	28
4	GESTAO	PUBLICAR	27
5	PINHAL	ARAUCARIA	26
6	ECONOMICO	DESENVOLVIMENTO	25
7	GESTAO	MELHORAR	24
8	EDUCACAO	ESCOLAR	24
9	SAUDE	HOSPITALAR	22
10	PESSOAL	IDOSO	22
11	FAMILIAR	RENDA	21
12	ENERGIA	RENOVAVEL	21
13	POLICIAL	CIVIL	21
14	PESSOAL	DEFICIENCIA	20
15	ESCOLAR	ESTUDANTE	20
16	DESENVOLVIMENTO	SOCIAL	18
17	PINHAL	FAZENDA RIO GRANDE	18
18	SAUDE	PUBLICAR	17
19	AMBIENTAL	DESENVOLVIMENTO	17
20	POLICIAL	MILITAR	17
21	TAMANDARE	PINHAL	17
22	RESIDUO	SOLIDO	17
23	OESTE	CONTORNO	16
24	PRIVADO	PUBLICAR	16
25	INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO	16
26	EDUCACAO	ESTUDANTE	16
27	HOSPITALAR	PINHAL	16
28	REGIONAL	DESENVOLVIMENTO	16
29	INOVACAO	TECNOLOGIA	16
30	PINHAL	LINHA	16
31	PINHAL	TUPY	16
32	CONTORNO	CASTRO	16
33	GESTAO	AMBIENTAL	15
34	FAMILIAR	AGRICULTURA	15
35	INVESTIMENTO	INFRAESTRUTURA	15
36	INOVACAO	PESQUISA	15
37	DESENVOLVIMENTO	URBANO	15
38	ENERGIA	ELETRICO	15
39	ESCOLAR	FREQUENCIA	15
40	CONTORNO	DUPLICACAO	15
41	GESTAO	RECURSO	14
42	GESTAO	INTEGRAR	14
43	MELHORAR	PUBLICAR	14
44	SAUDE	ATENDIMENTO	14
45	EDUCACAO	ENSINO	14
46	ECONOMICO	SOCIAL	14
47	GERACAO	ENERGIA	14
48	FAMILIAR	INVESTIMENTO	13
49	FAMILIAR	SOCIAL	13
50	FAMILIAR	BENEFICIAR	13

Programa de Governo – Sergipe /SE – 1º menor PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	SOCIAL	ASSISTENCIA	51
2	PUBLICA	SEGURANCA	32
3	PUBLICA	POLITICA	27
4	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	26
5	CADEIA	PRODUTIVO	24
6	SEGURANCA	ALIMENTACAO	22
7	POLICIAL	MILITAR	22
8	GESTAO	PUBLICA	19
9	SOCIAL	PESSOAL	18
10	EDUCACAO	ESCOLAR	18
11	INOVACAO	TECNOLOGIA	17
12	EDUCACAO	REDE	17
13	PROTECAO	ANIMAL	17
14	REDE	ESCOLAR	17
15	REDE	ENSINO	17
16	ESCOLAR	ALUNO	17
17	SOCIAL	PUBLICA	16
18	SAUDE	REDE	16
19	EMPREGO	PRODUTIVO	16
20	SOCIAL	POLITICA	15
21	SEGURANCA	POLICIAL	15
22	CIVIL	POLICIAL	15
23	FAMILIAR	ALIMENTACAO	14
24	ESCOLAR	PROFESSOR	14
25	SOCIAL	INCLUSAO	13
26	ECONOMICO	EMPREGO	13
27	PESSOAL	PUBLICA	13
28	CULTURAL	TURISTICO	13
29	FAMILIAR	AGRICULTURA	13
30	ESCOLAR	ENSINO	13
31	DESENVOLVIMENTO	COMPANHIA	12
32	ECONOMICO	PRODUTIVO	12
33	REALIZAR	REDE	12
34	EDUCACAO	PROFISSIONAL	12
35	EDUCACAO	ENSINO	12
36	POBREZA	FOME	12
37	SEGURANCA	TECNICA	12
38	EMPREGO	ALINHAMENTO	12
39	ALIMENTACAO	COMPRAR	12
40	ACESSO	INFORMACAO	12
41	PARCERIA	PUBLICO PRIVADO	12
42	PARCERIA	PPPS	12
43	POLICIAL	PERICIA	12
44	DESENVOLVIMENTO	RECURSO	11
45	PESSOAL	IDOSO	11
46	PESSOAL	DEFICIENCIA	11
47	PUBLICA	TECNICA	11
48	PUBLICA	ESCOLAR	11
49	PUBLICA	SECRETARIA	11
50	PUBLICA	POLICIAL	11

Programa de Governo – Tocantins /TO – 2º menor PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	PAVIMENTAR	DUPLICACAO	16
2	SEGURANCA	PUBLICAR	15
3	POSICAO	OCUPAR	15
4	PESSOAL	DEFICIENCIA	14
5	POPULACAO	PESSOAL	13
6	BRASIL	TAXA	13
7	PRODUCAO	TONELADA	13
8	POPULACAO	CRIANCA	11
9	REDE	ENSINO	11
10	GESTAO	INTEGRAR	10
11	POPULACAO	GRUPO	10
12	POPULACAO	POPULACIONAL	10
13	PUBLICAR	ADMINISTRACAO	10
14	POLITICA	PESSOAL	10
15	APRESENTAR	ENTREGAR	10
16	APRESENTAR	CONJUNTO	10
17	ENTREGAR	CONJUNTO	10
18	CULTURAL	TURISMO	9
19	POPULACAO	MULHER	9
20	SOCIAL	INCLUSAO	9
21	BRASIL	POSICAO	9
22	BRASIL	OCUPAR	9
23	APRESENTAR	ASSOCIAR	9
24	ENTREGAR	ASSOCIAR	9
25	CONJUNTO	ASSOCIAR	9
26	MELHORAR	TAXA	8
27	AMBIENTE	FAVORAVEL	8
28	PAVIMENTAR	PONTE	8
29	PAVIMENTAR	FELIX	8
30	PAVIMENTAR	RODOVIA	8
31	PUBLICO	PUBLICAR	8
32	SAUDE	BASICO	8
33	EDUCACAO	PUBLICAR	8
34	PUBLICAR	CAPACIDADE	8
35	PESSOAL	FAIXA	8
36	ESTIMATIVA	TONELADA	8
37	OCUPAR	AMAZONA	8
38	PRODUCAO	OVO	8
39	PONTE	DUPLICACAO	8
40	DUPLICACAO	FELIX	8
41	DUPLICACAO	RODOVIA	8
42	TRANSFORMAR	PUBLICAR	7
43	GESTAO	PUBLICAR	7
44	RESULTADO	PUBLICAR	7
45	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	7
46	DESENVOLVIMENTO	SUSTENTAVEL	7
47	SAUDE	ATENCAO	7
48	PUBLICAR	POLITICA	7
49	PUBLICAR	REDE	7
50	CONSTRUCAO	INDUSTRIAL	7

Programa de Governo – Acre /AC – 3º menor PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	GESTAO	PUBLICA	24
2	CONSTRUCAO	REFORMAR	24
3	POLITICA	PUBLICA	22
4	EDUCACAO	BASICO	22
5	ENSINO	EDUCACAO	21
6	ESCOLAR	ALUNO	21
7	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	20
8	GERACAO	EMPREGO	20
9	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	19
10	EMPREGO	RENDA	19
11	ENSINO	ESCOLAR	18
12	GESTAO	TRANSPARENCIA	18
13	EDUCACAO	ESCOLAR	18
14	GERACAO	RENDA	18
15	PROFISSIONAL	QUALIFICACAO	16
16	EDUCACAO	ALUNO	16
17	AMBIENTAL	REGULARIZACAO	16
18	AMBIENTAL	CAR	16
19	VIDA	MELHORAR	15
20	MELHORAR	GESTAO	15
21	MELHORAR	INVESTIMENTO	15
22	MELHORAR	POPULACAO	15
23	CONTROLAR	GESTAO	15
24	VALORIZACAO	PROFISSIONAL	15
25	EDUCACAO	MODALIDADE	15
26	CONSTRUCAO	BAIRRO	15
27	MELHORAR	EDUCACAO	14
28	GESTAO	INVESTIMENTO	14
29	VALORIZACAO	CULTURAL	14
30	CONTINUAR	PROFISSIONAL	14
31	PROFISSIONAL	EDUCACAO	14
32	SOCIAL	VULNERABILIDADE	14
33	INFRAESTRUTURA	INVESTIMENTO	14
34	RURAL	CADASTRO	14
35	DESENVOLVIMENTO	POLITICA	13
36	GESTAO	REALIZAR	13
37	GESTAO	FISCAL	13
38	SAUDE	INFRAESTRUTURA	13
39	CONSTRUCAO	INVESTIMENTO	13
40	CONSTRUCAO	CONTENCAO	13
41	CONSTRUCAO	ORLA	13
42	ESCOLAR	ACESSO	13
43	ATENDIMENTO	POPULACAO	13
44	AMBIENTAL	CADASTRO	13
45	PATRIMONIO	CULTURAL	13
46	CULTURAL	HISTORICO	13
47	DESENVOLVIMENTO	SUSTENTAVEL	12
48	MELHORAR	SAUDE	12
49	MELHORAR	PUBLICO	12
50	CRIANCA	ADOLESCENTE	12

Programa de Governo – Amapá /AP – 4º menor PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	PUBLICAR	SEGURANCA	33
2	EDUCACAO	BASICO	18
3	OBRA	CONCLUIR	18
4	RODOVIA	INTERLIGAR	18
5	PROFISSIONAL	EDUCACAO	17
6	GESTAO	ESTRATEGICO	17
7	PUBLICAR	POLITICA	17
8	HOSPITAL	CONSTRUIR	17
9	EDUCACAO	ESCOLAR	16
10	SAUDE	HOSPITAL	16
11	SOCIAL	ASSISTENCIA	15
12	REGIONAL	HOSPITAL	15
13	OBRA	HOSPITAL	14
14	CONCLUIR	HOSPITAL	14
15	PROFISSIONAL	PUBLICAR	13
16	PROFISSIONAL	VALORIZACAO	13
17	HOSPITAL	TRANSFORMAR	13
18	HOSPITAL	MISTO	13
19	HOSPITAL	UMS	13
20	HOSPITAL	PORTE	13
21	DESENVOLVIMENTO	ECONOMICO	12
22	PESSOAL	SOCIAL	12
23	RODOVIA	DUCA	12
24	PUBLICAR	SOCIAL	11
25	POLITICA	SAUDE	11
26	OBRA	SANEAMENTO	11
27	SOCIAL	FAMILIAR	11
28	SOCIAL	PROTECAO	11
29	SOCIAL	VULNERABILIDADE	11
30	DIREITO	HUMANO	11
31	SAUDE	REDE	11
32	SAUDE	INTEGRAR	11
33	PROFISSIONAL	SAUDE	10
34	DESENVOLVIMENTO	ESTRATEGIA	10
35	DESENVOLVIMENTO	REGIONAL	10
36	EDUCACAO	ALUNO	10
37	POLICIAL	MILITAR	10
38	SAUDE	PORTE	10
39	HOSPITAL	PORTOGRANDE	10
40	VALER	JARI	10
41	INDUSTRIAL	DISTRITO	10
42	BATALHAO	COMPANHIA	10
43	RODOVIA	PAVIMENTAR	10
44	INTERLIGAR	PAVIMENTAR	10
45	PROFESSOR	EDUCACAO	9
46	PROFISSIONAL	POLITICA	9
47	DESENVOLVIMENTO	EDUCACAO	9
48	DESENVOLVIMENTO	INCENTIVAR	9
49	EDUCACAO	MELHORAR	9
50	AGENCIAR	FOMENTO	9

Programa de Governo – Roraima /RO – 5º menor PIB/2021			
	Palavra – origem	Palavra – destino	Peso das Arestas
1	CRIACAO	ESPECIALIZAR	5
2	SAUDE	ADMINISTRACAO	4
3	SAUDE	CASA	4
4	CRIACAO	HEMODIALISE	4
5	REALIZAR	CONCURSO	4
6	CONCURSO	PUBLICAR	4
7	BOMBEIRO	MILITAR	4
8	ADMINISTRACAO	CASA	4
9	CRIACAO	ATENDIMENTO	3
10	CRIACAO	PACIENTE	3
11	CRIACAO	INOVACAO	3
12	CONSTRUCAO	SEDE	3
13	CONSTRUCAO	PREDIO	3
14	REALIZAR	PUBLICAR	3
15	INDIGENA	IMPLEMENTAR	3
16	INDIGENA	POVO	3
17	PRODUCAO	INCENTIVAR	3
18	COMBATER	CRIME	3
19	CRIME	ORGANIZAR	3
20	SEDE	MILITAR	3
21	POLICIAL	PENAL	3
22	TECNICA	ASSISTENCIA	3
23	PREDIO	ADMINISTRACAO	3
24	PREDIO	SECRETARIA	3
25	INFORMACAO	GERENCIAR	3
26	SAUDE	ATENDIMENTO	2
27	SAUDE	CONSTRUIR	2
28	SAUDE	POLITICA	2
29	SAUDE	MODERNIZAR	2
30	SAUDE	INTEGRAR	2
31	SAUDE	PREDIO	2
32	SAUDE	MULHER	2
33	SAUDE	ITINERANTE	2
34	SAUDE	ASSISTENCIA	2
35	SAUDE	SECRETARIA	2
36	SAUDE	HGR	2
37	ESTRUTURAR	MILITAR	2
38	ESTRUTURAR	POLICIAL	2
39	CRIACAO	HOSPITAL	2
40	CRIACAO	TRAUMA	2
41	CRIACAO	DOENCA	2
42	CRIACAO	RENAL	2
43	CRIACAO	CRONICAR	2
44	CRIACAO	PUBLICAR	2
45	CRIACAO	TECNOLOGIA	2
46	CRIACAO	INTELIGENCIA	2
47	CRIACAO	VALORIZACAO	2
48	CRIACAO	PENITENCIARIA	2
49	CRIACAO	INTERNO	2
50	CRIACAO	ESPECIFICAR	2